

projeto pedagógico

atualizado em 2015

direito unaerp

campus guarujá

CAMPUS GUARUJÁ

CURSO DE DIREITO
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO – UNAERP

Avenida D. Pedro I, 3.300

CEP – 11.400 – 003

GUARUJÁ – São Paulo

Telefone: (13) 3398-1005

www.unaerp.br

Coordenação:

Professor Dr. Mardônio da Silva Girão

E-mail: mgirao@unaerp.br

Fone: (13) 3398-1005

Núcleo Docente Estruturante – NDE

Profa. Ms. Camila Marques Gilberto

Prof. Dr. Daniel Carnio Costa

Prof. Dr. Mardônio da Silva Girão

Prof. Ms. Nazareti Pereira Ferreira Alves

Prof. Ms. Osmair Chamma Junior

Prof. Dr. Rubens Carneiro Ulbanere

Guarujá/SP - 2015

SUMÁRIO

1.	Apresentação	7
2.	Contextualização Histórica Institucional	8
3.	Contextualização Histórica do Curso de Direito no Brasil .	12
3.1	O Curso de Direito na UNAERP	14
3.2	O Curso de Direito na UNAERP – Campus Guarujá	16
4.	Justificativa para Implantação do Curso de Direito	20
4.1	Necessidade Social do Curso	20
4.2	Necessidade Regional do Curso	21
5.	Articulação do PPC com o PDI e PPI	23
6.	Objetivos do Curso de Direito	24
6.1	Objetivo Geral do Curso	24
6.2	Objetivos Específicos do Curso	24
7.	Perfil do Egresso	25
7.1	Habilidades e Competências	27
8.	Condições Gerais de Oferta	30
8.1	Condições de Oferta do Ensino Teórico	32
8.2	Condições de Oferta do Ensino Prático	32
8.3	Condições de Oferta de Pesquisa	34
8.4	Condições de Oferta das Atividades de Extensão	35
	Condições de oferta de temas transversais e interdisciplinares, com conteúdos em disciplinas obrigatórias, sobre Educação Ambiental, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e sobre Educação em	
8.5	Direitos Humanos	35
9.	Vocação do Curso	38
10.	Matriz Curricular	39

11.	Ementário	42
11.1	Primeira Etapa	42
11.2	Segunda Etapa	44
11.3	Terceira Etapa	46
11.4	Quarta Etapa	48
11.5	Quinta Etapa	50
11.6	Sexta Etapa	52
11.7	Sétima Etapa	54
11.8	Oitava Etapa	56
11.9	Nona Etapa	58
11.10	Décima Etapa	60
12.	Metodologia dos Perfis e Pré-Requisitos	63
12.1	Perfil Inicial do Curso	63
12.2	Perfil Intermediário do Curso	65
12.3	Perfil Final do Curso	66
12.4	Distribuição das Disciplinas e Atividades do Curso por Perfis	67
12.4.1	Perfil Inicial	67
12.4.2	Perfil Intermediário	68
12.4.3	Perfil Final	69
13.	Formas de Aplicação dos Conteúdos e Desenvolvimentos das Aulas Teóricas	69
14.	A Interdisciplinaridade no Curso	71
14.1	Integração entre a Teoria e a Prática	72
14.2	Integração entra a Pós-Graduação e a Graduação	73
15.	Formas de Avaliação do Ensino e Aprendizagem	74
15.1	Avaliação das Disciplinas Teóricas	74
15.2	Forma de Avaliação das Atividades da Prática Jurídica .	75

15.2.1	Avaliação das Atividades da Prática Jurídica I (5ª etapa).	76
15.2.2	Avaliação das Atividades das Práticas Jurídicas II, III e IV (6ª, 7ª e 8ª etapas)	76
15.2.3	Avaliação das Atividades das Práticas Jurídicas V e VI (9ª e 10ª etapas)	77
16.	Concepção e Composição das Atividades de Prática Jurídica Curricular e o Núcleo de Ensino Prático (NEP) ...	78
17.	Concepção e Composição das Atividades Complementares	85
17.1	Forma de Aferição das Atividades Complementares	88
18.	Especialização, Habilitações e Ênfases	89
19.	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Monografia Jurídica)	90
20.	Políticas Institucionais de Apoio ao Discente	91
20.1	Serviço de Apoio Psicopedagógico (SEAP)	91
20.2	Central de Benefícios e Relacionamento	93
20.3	Central de Estágios	93
20.4	Projetos de Nivelamento: Cinzel e Papiro	94
20.4.1	Projeto Cinzel: Nivelamento em Língua Portuguesa	94
20.4.2	Projeto Papiro: Nivelamento de Matemática	96
20.5	Internacionalização	97
21.	Infraestrutura	100
21.1	Praça de Alimentação	101
21.2	Instalações Sanitárias	102
21.3	Instalações Gerais	102
21.4	Sala de Audiência	103
21.5	Escritório de Assistência Jurídica / Cartório Modelo	103
21.6	Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania	104

	(CEJUSC)	
21.7	Biblioteca	105
21.7.1	Bases de Dados	110
21.7.2	Bases Referenciais	111
21.7.3	Bases “Free”	112
21.8	Laboratórios de Informática	113
22.	Núcleo de Pesquisas “Fernando Eduardo Lee”	115
22.1	Eventos e Atividades Mantidas	116

1. APRESENTAÇÃO

A Universidade de Ribeirão Preto, Campus Guarujá, na condição de Instituição de Ensino Superior, apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Direito - PPC.

O projeto integra o conjunto de instrumentos institucionais da UNAERP, e está alicerçado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e têm como fundamento as concepções do Projeto Pedagógico Institucional – PPI, ambos norteadores das ações da Universidade de Ribeirão Preto.

Este documento, considerado uma agenda da comunidade acadêmica, contem as diretrizes e estratégias que expressam e orientam as práticas pedagógicas do curso, identificando o conjunto de habilidades e competências a serem desenvolvidas no corpo discente, bem como os referenciais que norteiam a construção e o desenvolvimento do curso e a metodologia adotada.

Este instrumento vai além de um documento de organização curricular apresentando um posicionamento institucional considerando a realidade e o desenvolvimento da área de conhecimento, mediado e discutido pela comunidade acadêmica que direciona a prática pedagógica da instituição.

Elaborado como instrumento de planejamento e implantação, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Universidade de Ribeirão Preto, Campus Guarujá, assume o compromisso de possibilitar a reflexão crítica acerca da prática pedagógica, objetivando a melhoria da qualidade do ensino superior na área do Direito.

Materializado nos respectivos itens específicos adiante apresentados, o documento define a identidade do curso, suas diferenças e originalidade, e, também, apresenta novas perspectivas, a partir das mudanças nas diretrizes educacionais, sociais e de mercado.

O Projeto Pedagógico do Curso, realiza a articulação que há entre a questão da educação superior, o compromisso profissional e as transformações sociais, permitindo antever as condições de ensino oferecidas, bem como articula e integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Desenvolvido e atualizado de forma que permita a integração dos professores, o projeto cria conteúdos mais consistentes, possibilitando avançar na questão da interdisciplinaridade, uma vez que os conteúdos disciplinares passam a refletir o ensino integrado e sistêmico, afastando o método da compartimentalização.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito integra-se plenamente ao Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA INSTITUCIONAL

A UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto – foi a primeira Instituição de Ensino Superior da região de Ribeirão Preto. Fundada em 1º. de junho de 1924 como Sociedade Escola de Pharmacia e Odontologia de Ribeirão Preto, por um grupo de idealistas profissionais de saúde, intelectuais e educadores. Desde a sua implantação tinha como objetivo promover o desenvolvimento social, educacional e cultural da então rica capital do café. A região crescia em todos os setores devido à prosperidade gerada pela produção cafeeira, e as instituições de ensino não abarcavam os filhos que sonhavam expandir seus horizontes. Surgiu então a demanda por escolas de nível superior que pudessem formar no interior do Estado os mais capacitados profissionais.

Naquele contexto, foi fundada a instituição que, em 1928, com um novo estatuto passou a ser a AERP - Associação de Ensino de Ribeirão Preto, mantenedora da UNAERP - Campus Ribeirão e Campus Guarujá. Daquele visionário projeto inicial, a trajetória da UNAERP teve forte expansão a partir do final da década de 1950, quando o professor Electro Bonini (1913 – 2011), assumiu a administração da Associação de Ensino e implementou avanços e novos cursos. A

Faculdade de Direito “Laudo de Camargo”, criada em 1961, e os cursos de Serviço Social, Química Industrial e Administração de Empresas, implantados pouco tempo depois, são marcas desse desenvolvimento. Nos anos de 1970, a AERP oferecia também os cursos de Comunicação Social, Educação Física, Engenharia Química, Artes Plásticas, Educação Artística, Música e várias licenciaturas.

Com essa expansão, foi necessária a instalação de um campus universitário que abrigasse os cursos existentes e os novos projetos que previam o contínuo crescimento da instituição. O novo campus da UNAERP em Ribeirão Preto foi inaugurado em 1971, no bairro Ribeirânia, numa área de 120 mil metros quadrados. Junto com o campus, foram instalados mais cursos culminando na transformação do sistema de faculdades isoladas em sistema de federação de ensino. Era o embrião de uma universidade projetada para ser uma instituição enraizada em sua comunidade e sua cultura, plenamente identificada com o homem e os problemas de sua região, sem prescindir da dimensão de universalidade.

Reconhecida como Universidade em 1985, a UNAERP foi nomeada oficialmente como Universidade de Ribeirão Preto e passou a ter como reitora a professora Elmara Lucia de Oliveira Bonini, que já atuava na diretoria da Instituição e, ao lado do professor Electro, havia conduzido o processo de reconhecimento. Quando do reconhecimento, a Universidade já investia em pesquisas nas áreas de humanas, sociais, saúde, ambientais e biotecnológicas. Esses investimentos cresceram junto com a UNAERP que, a partir dos anos de 1990, passou a implantar novos cursos, fomentando paralelamente os projetos de pesquisas e de serviços à população. Nasceram aí, os cursos de Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia, Engenharia de Computação, Turismo, entre outros.

Em 1999, com o respaldo e tradição da sede, foi instalado o campus Guarujá, cidade litorânea do Estado de São Paulo, onde a UNAERP também foi a primeira universidade. O campus foi inaugurado em junho daquele ano com a mesma filosofia de integrar-se às demandas sociais e econômicas regionais. Desde que se instalou no município, a IES mantém programas de assistência à comunidade que compõem o Núcleo de Projetos Sociais.

Atualmente, a UNAERP é um dos maiores polos de ensino do interior do Estado de São Paulo e conta com cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia nas áreas da saúde, humanas e exatas, nas modalidades presencial e EAD, programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em nível de Doutorado e Mestrado reconhecidos e avaliados pela CAPES/MEC com Conceitos 5 e 4, e Pós-graduação *Lato Sensu*. A IES mantém projetos de pesquisa com financiamento próprio e dos principais órgãos nacionais de fomento como CNPq, FAPESP, FINEP e CAPES, possui grupos certificados pelo CNPq cujos resultados dessa política científica institucional são o registro de patentes e a cessão de direitos autorais.

Os campi da Universidade oferecem total suporte ao corpo discente, docente e funcional, de apoio à pesquisa, ao ensino e à vida universitária, como a biblioteca da UNAERP, um de seus principais patrimônios, com acervo atualizado e indispensável às pesquisas e aos estudos acadêmicos. A Universidade mantém ainda atividades culturais, esportivas e educativas, como a TV UNAERP e a TV Ilha do Sol, e atividades extracurriculares.

Nos dois campi (Ribeirão Preto e Guarujá), a UNAERP atende cerca de 11 (onze) mil estudantes de graduação e pós-graduação. São mais de 50 laboratórios para fins didáticos, de pesquisa e extensão à população. A Universidade também possui clínicas de saúde, Escritório de Assistência Judiciária, projetos de atendimento à população em várias áreas, biblioteca informatizada, centro poliesportivo e teatro.

Outro aspecto é o estabelecimento de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas locais, nacionais e internacionais em programas de pesquisa, de estágios e de mobilidade internacional. Este último permite ao estudante o contato com outras realidades e a troca de experiências e conhecimentos para o engrandecimento e desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

Integrada à comunidade regional, a UNAERP também mantém um intercâmbio constante com a sociedade em seu entorno, estendendo à população sua produção

acadêmica. A Rede UNAERP de Serviços à Comunidade realiza mais de 500 mil atendimentos anuais à comunidade por meio de seus programas de extensão. Os eixos de extensão e prestação de serviços são possíveis graças ao investimento permanente em laboratórios de última geração, formação de docentes e pessoal técnico qualificado, sistemas de informação e na instalação de infraestrutura. Em conjunto, tais ações viabilizam programas multidisciplinares de ensino, pesquisa e extensão.

Esse vínculo com a comunidade é permanente no Campus Guarujá. Por meio do Núcleo de Projetos Sociais, a UNAERP beneficia a população local pela realização de oficinas e projetos comunitários, insere os estudantes na realidade da profissão e em ações de Responsabilidade Social, consolidando a Universidade como um centro de referência em programas sociais no Município. Uma das áreas que mais prestam serviços é a de Saúde, cujos atendimentos são realizados nas Clínicas de Fisioterapia e de Enfermagem, e em locais externos, como hospitais e unidades de saúde de Guarujá e região. Na área jurídica, dois serviços facilitam o acesso da população à Justiça e promovem a prática acadêmica em Direito: o Escritório de Assistência Jurídica e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), por meio de importante parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A inserção da UNAERP na realidade da região metropolitana da Baixada Santista também se dá por meio de parcerias e estudos para desenvolvimento de conhecimento técnico e científico em áreas de relevância econômica e social. Dentre elas estão a cadeia logística e econômica do Porto de Santos, o Polo Petroquímico de Cubatão, o Mercado Imobiliário em expansão, a indústria turística e ainda o forte comércio local, que se caracterizam por vocações da região.

Ao longo dessa quase centenária história, a UNAERP já diplomou milhares de profissionais e a cada ano tem acrescentado nova contribuição aos seus alunos, professores, funcionários e à comunidade. São iniciativas que permitem aos alunos o aprimoramento da aprendizagem e formação profissional, que viabilizam aos professores e pesquisadores a excelência da prática acadêmica, e estendem à

população atendimentos, serviços, orientações e apoio de valor inestimável. Assim é a trajetória e a missão da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP que nasceu e cresceu vocacionada para interagir com sua comunidade e propiciar conhecimento e seus benefícios acessíveis a todos.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CURSO DE DIREITO NO BRASIL

Até meados dos anos de 1960, os cursos jurídicos no Brasil possuíam estrutura curricular destinada a formar profissionais dotados de ampla cultura geral e arraigado senso humanístico.

Tais profissionais, à evidência, possuíam condição de melhor entender o meio em que viviam e de acompanhar com interesse e efetiva participação às transformações sociais de seu tempo.

No entanto, a partir daquela época, o Governo Brasileiro acreditou ser necessário demonstrar, no cenário internacional, índices escolares numericamente mais relevantes que aqueles ostentados pelo país até então.

Sob a nova orientação, proliferaram os cursos jurídicos no país, todos desprovidos de matérias destinadas à formação fundamental dos estudantes, o que se fez em nome de uma pretensa necessidade de profissionalização e especialização.

Com isso, os cursos jurídicos perderam seu sentido humanístico, deixaram de atribuir importância à cultura geral, abastardaram o idioma português, despolitizaram os alunos e deixaram de insistir na postura ética necessária a qualquer profissional.

Interessava a produção em série, massificada, ainda que também “mobralizada”, dos chamados “operadores do Direito”.

Os currículos das faculdades e cursos de Direito refletiram essa tendência. Deles foram excluídas as disciplinas que, não sendo obrigatórias, não estivessem direta e imediatamente voltadas ao treinamento do aluno para a mera aplicação prática da norma objetiva.

A metodologia do ensino jurídico passou a utilizar o chamado “dogmatismo jurídico”, verdadeiro positivismo instalado no ensino do Direito que, pela imposição de leis e teses jurídicas vigentes à época, impedia que os alunos desenvolvessem um raciocínio crítico, quiçá político, acerca do ordenamento jurídico brasileiro.

O mercado de trabalho, inspirado no modelo industrial dos chamados países desenvolvidos, encantou-se com o profissional prático, especialista, que, segundo a nova tendência, deveria entender cada vez mais a respeito de menos.

Esse estado de coisas, que se espalhou pelo ensino básico e fundamental, acabou por produzir estudantes descomprometidos com o idioma pátrio, sem qualquer cultura geral (chamada por alguns, até hoje, de cultura inútil), sem postura ética ou visão humanística a respeito dos objetivos e da razão de ser de sua profissão.

Os profissionais egressos dos cursos de Direito refletiam essa formação positivista: mais valia para eles a aplicação rápida e prática da legislação, qualquer que fosse seu conteúdo e objetivo, que o questionamento ético, político e humanístico dessas normas legais.

Durante muitos anos, os currículos dos cursos de Direito mantiveram essa formação preparatória de profissionais técnicos a que se denominou, apropriadamente, “operadores jurídicos”.

Agora, no entanto, diante das céleres transformações pelas quais passa o mundo atual, com a abertura e a integração dos mercados, verificou-se a impossibilidade de se continuar a produzir profissionais especialistas em determinados assuntos, mas sem qualquer visão de conjunto, que privilegiasse a interdisciplinaridade.

O mercado, como sempre, incorporou com rapidez a tendência moderna, abandonando aceleradamente os profissionais “práticos” e passando a buscar, mais e mais, aqueles dotados de visão abrangente sobre o conjunto de fatores que influi em determinada ação ou decisão.

Nem por isso, entretanto, arrefeceu-se a disposição daqueles que vêm no bacharel pragmático a solução de todos os problemas profissionais: ainda grassa,

no país, seria discussão acerca do conteúdo e da metodologia de ensino que devem ser adotados nos cursos jurídicos brasileiros.

Por exigência da própria Ordem dos Advogados do Brasil - OAB é recorrente a preocupação com a prática jurídica efetiva, que, também, é tratada de forma prioritária dentro do projeto, ora apresentado.

A importância do estofo cultural, ético e político para a formação do profissional de Direito, vem, consolidando a luta para que se reverta à situação dos cursos de Direito, com a adoção de currículo suficiente à formação desse profissional generalista.

Nessa esteira de mudanças, o Ministério de Estado da Educação e do Desporto, procurando conciliar tais propostas adotou medidas, cujas diretrizes procuram fundir, num só currículo, as duas correntes.

Dentre as medidas normativas, o Ministério de Estado da Educação e do Desporto baixou a Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994, com aplicação obrigatória para os novos alunos que se matriculassem a partir de 1996, tendo sido alterada pela Portaria MEC nº 3, de 09 de janeiro de 1996, do mesmo Ministério, que postergou para janeiro de 1997 a obrigatoriedade da adoção do novo currículo.

Todas as etapas determinadas pelo Ministério foram rigorosamente cumpridas pela UNAERP, que procedeu as alterações nos seus cursos de Direito, campus Ribeirão Preto e campus Guarujá, segundo o disposto nos itens adiante deste documento.

3.1 O CURSO DE DIREITO NA UNAERP

A Associação de Ensino de Ribeirão Preto, enquanto mantenedora da UNAERP, instalou, em 1924, na cidade de Ribeirão Preto, o primeiro curso superior da região, promovendo, ao longo dos 91 anos de existência, suas atividades de forma integrada.

Com isso, permitiu a UNAERP, em toda a sua história, sempre acompanhar os avanços dos processos de formação profissional e científicos da área, bem como identificar as necessidades da comunidade.

Em atendimento ao seu compromisso social, e diante das demandas sociais da região, a Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP criou o Curso de Direito no campus Ribeirão Preto.

O Curso de Direito da UNAERP, antiga Faculdade de Direito “Laudo de Camargo”, autorizado pelo MEC a funcionar em 25 de abril de 1961 (D.O.U., Seção I, p. 3.947, de 25/04/61), foi reconhecido pelo Parecer nº 769, de 09 de junho de 1965, do Conselho Federal de Educação. Sua duração é de 5 anos, com estrutura de dez períodos letivos semestrais.

Em 1996, sua estrutura curricular teve um marco de grandes mudanças. Essa reestruturação empreendida pelo Curso de Direito introduziu substanciais modificações na concepção filosófica e na matriz curricular do curso, já de acordo com as perspectivas delineadas pela Portaria nº 1.886, de 30 de janeiro de 1994, do Ministério da Educação: formação que compatibilizasse o humanismo com o “dogmatismo jurídico”.

Essa perspectiva humanista e de interdisciplinaridade, fundamental para a formação do profissional da área jurídica, foi introduzida no Curso de Direito da UNAERP em 1996, como destacado, antecipando-se à possibilidade de extensão do prazo para a implantação das mudanças, prevista na Portaria MEC nº 03, de 09/01/95, buscando atender à necessidade de formação fundamental, sócio-política, técnico-jurídica e prática dos alunos.

Repetiu-se a fórmula acima indicada para reforçar a perspectiva humanística do curso de Direito, com a elaboração de um currículo direcionado especificamente para extensão do campus, ocorrida com a implantação do Curso de Direito na cidade de Guarujá no ano de 2001. Este projeto não se afastava das diretrizes

gerais do curso, buscando fundamentalmente contemplar a sua contextualização em relação às suas inserções política, geográfica e social da comunidade local.

Assim, em termos curriculares, o diferencial do Curso situa-se na filosofia que orientou sua reorganização: sem descuidar da área conceitual ou doutrinária do Direito, atribuiu-se ênfase especial ao resgate da cultura humanística, compatibilizando-a com o aprimoramento prático dos futuros juristas, sem esquecer as várias possibilidades de especializações que lhes são oferecidas, decorrentes dos novos rumos do Direito, oriundos das transformações sociais e científicas do mundo atual.

Com o advento das novas diretrizes curriculares e as profundas mudanças havidas no mundo jurídico e na própria sociedade nos últimos anos, determinou-se uma revisão da estrutura do projeto elaborado, visando contemplar toda evolução verificada.

Com isso, a nova matriz curricular buscou a melhoria da formação geral dos alunos, fundamentalmente por meio da implantação do Núcleo Básico de Disciplinas, atendendo-se às novas determinações do Ministério da Educação, que implantou a avaliação do Ensino Superior que contemplou a análise da média da formação geral do aluno ingressante e seu incremento ao longo do curso.

O Curso de Direito da UNAERP é um dos mais tradicionais da Instituição, sobretudo porque projeta a formação de profissionais inteirados com as necessidades e peculiaridades regionais.

3.2 O CURSO DE DIREITO NA UNAERP - CAMPUS GUARUJÁ

A tradição e qualidade de ensino em Ribeirão Preto, considerada como centro de educação, permitiu, em 1999, a instalação do campus Guarujá. A exemplo do que ocorreu em Ribeirão Preto, a UNAERP, também, foi a primeira universidade a se instalar no município de Guarujá.

O campus foi inaugurado no mês de junho daquele mesmo ano e os seis primeiros cursos começaram a funcionar no ano de 2000. Em 2001, a UNAERP implantou novos cursos, entre eles a tradicional Faculdade de Direito “Laudo de Camargo”, que já existia no campus de Ribeirão Preto, hoje nominado “Curso de Direito da Universidade de Ribeirão Preto – campus Guarujá”.

Ressalte-se que, por resultar de ampla mobilização popular, a instalação do campus Guarujá da UNAERP tem sido considerada uma das grandes conquistas da comunidade nos últimos anos.

Acompanhando os fatores que justificaram a implantação do curso no município de Guarujá, explicitados em item a seguir, e diante das transformações sociais ocorridas na região, o Curso de Direito da UNAERP apresenta duas marcas que o distingue.

O Curso tem como compromisso a formação de um profissional apto ao exercício das profissões da área jurídica e a forte integração social entre a universidade e a comunidade local, de modo a permitir que todos possam se beneficiar dos serviços prestados pela Instituição em favor da sociedade.

É nesse sentido que, ao lado do desenvolvimento técnico do aluno do Curso de Direito, diversos outros serviços e atividades são desenvolvidas possibilitando a formação de um cidadão ciente de todos os seus direitos e obrigações na comunidade em que se encontra inserido.

Exemplos são as atividades desenvolvidas pelos alunos e professores no âmbito do ensino prático do curso, especialmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), uma extensão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nas instalações da UNAERP, e no Escritório de Assistência Jurídica (EAJ), em que, ambos, proporcionam ao aluno a relação teoria-prática, e diversas outras atividades acadêmicas, de alcance social, desenvolvidas pelo Curso de Direito em conjunto com a comunidade, dentre outras, palestras, seminários, projetos de pesquisa, programas sociais.

O perfil atual do Curso de Direito da UNAERP, com as suas peculiaridades aqui apresentadas, é resultado de avanços decorrentes das mudanças ocorridas no município de Guarujá.

Nesse sentido, é reconhecido que o Curso de Direito da UNAERP, campus Guarujá, representou um marco histórico para a cidade e para toda a região da Baixada Santista.

Em razão desta sua forte característica social, a implantação do curso na cidade de Guarujá gerou uma visível transformação, especialmente com o acesso de centenas de pessoas, que antes impossibilitadas de estudar no ensino superior, passaram a ter a oportunidade de cursar a graduação em direito sem a necessidade de se deslocar para outros municípios.

Com isso, a implantação do Curso de Direito na cidade de Guarujá representou uma série de mudanças no município e região, acentuadamente nos integrantes das classes sociais menos abastadas, consubstanciando uma meta do curso e, especialmente da direção da universidade, que é ampliar o acesso ao ensino superior, de modo a transformar a realidade da cidade e de toda a região da Baixada Santista.

No campo social e do trabalho, a oportunidade de frequentar um curso de ensino superior ofereceu aos cidadãos, que antes exerciam funções típicas de subemprego, como atividade de menor complexidade e de baixa remuneração, possibilitando trabalhar como profissionais do direito, exercendo, portanto, com mais dignidade e correção as funções e profissões ligadas à área jurídica.

Nesse sentido, passaram a merecer remunerações melhores e, assim, qualificar as condições de vida de suas famílias. Na medida em que houve uma qualificação individual dos alunos, a sociedade, como um todo, passou a sentir os efeitos benéficos dessa transformação.

O curso tem promovido, também, uma sensível melhora da percepção social e política da população da região, a partir da formação oferecida pelo curso de direito aos seus alunos, buscando transformar o indivíduo, conscientizando-o de aspectos sociais e políticos, importantes à sociedade e seu desenvolvimento humanístico e educacional.

Diante das mudanças ocorridas decorrentes das reformas educacionais, bem como sociais e de mercado, o curso forma cidadãos conscientes de seus direitos e obrigações, sempre com o foco na melhora do convívio social e na busca do bem comum, além de entregar, ao mercado de trabalho, profissionais com conhecimento técnico e especializado, adequados ao bom exercício das importantes funções desempenhadas no mundo do direito.

Para isso, o curso de direito da UNAERP, campus Guarujá, tem sido ajustado, sempre visando contemplar as principais evoluções vivenciadas, adequando os seus objetivos gerais à realidade local. Exemplo dessa iniciativa foi a migração do modelo de currículo mínimo para o de diretrizes.

A partir da edição da Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, fez-se necessária uma nova alteração do projeto para, novamente, contemplar sua interpenetração regional e aprimorar a concepção humanística que predomina na formação dos alunos, para ajustá-los às necessidades sociais a serem enfrentadas na vida profissional.

No ano de 2007, colimando adaptar a matriz curricular às mudanças ocorridas, depois de concluído o primeiro ciclo de experiência do projeto anterior, foi promovida uma reforma para atender às novas exigências da época.

E, no ano de 2013, vencida a segunda etapa de experiência do projeto, agora já sob a coordenação do Núcleo Docente Estruturante – NDE aprovou uma nova reformulação no PPC, adaptando-o, mais uma vez à realidade atual.

Destarte, o Curso de Direito da UNAERP, Campus Guarujá, foi reestruturado para atender às diretrizes curriculares nacionais vigentes para os Cursos de Direito e às instruções normativas da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB.

4. JUSTIFICATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

Considerando-se o histórico da UNAERP e os compromissos consagrados quanto à qualidade do ensino, é relevante destacar a missão institucional enquanto marco doutrinário que rege os cursos da UNAERP:

“Gerar e difundir conhecimentos que promovam e contribuam para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, fundamentados em princípios éticos e cristãos, com liberdade de pesquisa, inovação do ensino e da extensão, mantendo a constante interação com contextos nacionais e internacionais”.

4.1 NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

A sociedade contemporânea vive um quadro de rápidas e constantes transformações. A atuação do homem no meio social é causa de constantes conflitos. A satisfatória superação das naturais divergências pressupõe a existência de profissionais capacitados para a prevenção, mediação e submissão dos litígios perante o Poder Judiciário, como também no auxílio à solução privada deles. Os profissionais do Direito, dentro dessa perspectiva, atuam em busca do equilíbrio, da pacificação social e da realização da justiça.

No dia-a-dia de uma coletividade, milhões de casos espelham interesses divergentes e chegam aos tribunais em busca de uma solução para os conflitos deles resultantes. São milhares de advogados, promotores, juízes, desembargadores, procuradores, delegados de polícia, e demais profissionais do Direito a serviço de uma sociedade em busca de paz, equilíbrio e harmonia.

A superação e a prevenção dos conflitos e o exercício pleno da cidadania pressupõem a existência de profissionais preparados para o exercício desse importante múnus público.

A necessidade de maior rapidez e eficácia na solução dos conflitos imposta pelas transformações sociais explica a crescente relevância da privatização das funções jurisdicionais e da busca de prevenção dos conflitos. Isso exige profissionais do Direito com formação crítica, de acordo com a proposta desse Curso.

4.2 NECESSIDADE REGIONAL DO CURSO

A cidade de Guarujá, que ocupa integralmente a Ilha de Santo Amaro, no Litoral Sul do Estado de São Paulo, conta com uma área territorial de 143 Km², sendo famosa por suas belezas naturais, seu potencial turístico e sua crescente atividade comercial e portuária.

É considerada uma das cidades mais bonitas do país, tendo sido inclusive apelidada de "Pérola do Atlântico", e que atrai turistas do Brasil inteiro e de outras partes do mundo.

O município de Guarujá, distante 87 quilômetros da capital do Estado de São Paulo, encontra-se localizado na 2ª Região Administrativa, sub-região de Santos, que compreende o litoral. São os seus limites: o município de Santos, do qual o separa o Canal de Bertioga, e o Oceano Atlântico.

A população fixa do município é de 303.376 habitantes, conforme a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação Seade (2015), sendo que praticamente na sua totalidade, fixados na área urbana. Sua economia é baseada nos setores do comércio, serviços e de turismo, relacionada à atividade portuária, ao setor imobiliário, indústria de transformação e principalmente de culturas extrativistas, como a da pesca.

Sendo uma das mais importantes regiões litorâneas e geoeconômicas do Estado, a cidade de Guarujá estende sua influência por todos os demais municípios da Baixada Santista, por sua capacidade de atrair turistas das mais variadas regiões do país e do exterior.

O município vem ganhando destaque no âmbito do Comércio Internacional, em razão de representar 51% da capacidade operacional do Porto de Santos – considerado o maior e mais movimentado da América Latina.

Nesse contexto de desenvolvimento, o Curso de Direito e a Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, no cumprimento de suas funções de IES, exercem influência regional, atendendo às demandas da cidade de Guarujá e demais municípios da região da baixada santista e do Estado de São Paulo, especialmente de Bertioga, Santos, São Vicente, Cubatão e Praia Grande.

Por isso que a Universidade de Ribeirão Preto, reconhecendo a existência de uma demanda reprimida nesta região, resolveu estender o seu Curso de Direito para Guarujá, colimando a formação jurídica de parcela da população deste município e demais da região e do Estado.

Consoante demonstrado, o Curso, pela sua qualidade, é considerado um referencial para o ensino jurídico em todo o litoral do Estado de São Paulo, razão pela qual se propõe a difundir os conhecimentos hauridos por professores, alunos e pesquisadores, através de eventos como congressos, seminários e outros do gênero.

Atento às necessidades regionais, o Curso forma profissionais em condições de atender as especificidades das demandas e, quando da realização de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, se propõe a melhor preparar e especializar tais profissionais com vistas ao exigente mercado local.

5. ARTICULAÇÃO DO PPC COM PDI E PPI

Os documentos institucionais da Universidade de Ribeirão Preto; Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), são elaborados com a participação da comunidade acadêmica, setores acadêmicos e administrativos, inclusive com a participação dos discentes por meio das avaliações institucionais que realizam periodicamente. Os órgãos colegiados são instâncias de apoio e validação dos objetivos e metas propostos nos referidos documentos.

Na elaboração e atualizações do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o Coordenador do Curso e o Núcleo Docente Estruturante do Curso consideram as Diretrizes contidas no PDI e PPI e a Missão da Universidade, que são os documentos norteadores para caracterizar os contextos institucionais no Curso, assim como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que regem o curso, pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelas necessidades locais, regionais e nacionais de atuação profissional do egresso.

O acompanhamento da implantação e as atualizações do PPC são de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante e do coordenador do curso, tomando por base os documentos citados. Deve-se sempre voltar-se para o atendimento dos requisitos do exercício profissional, considerando-se as condições contemporâneas do mercado de trabalho e a capacitação para o bom desempenho profissional nos diversos cenários de atuação profissional. A participação de discentes, nessa construção, favorece o diálogo crítico contínuo e o acompanhamento de sua efetiva implementação, proporcionando informações importantes para os ajustes progressivos do PPC.

O PPI da Universidade contempla diretrizes pedagógicas gerais, para o ensino de graduação, para o ensino de pós-graduação, para a educação à distância, para a pesquisa e para extensão, bem como as diretrizes metodológicas para a elaboração dos projetos pedagógicos (princípios metodológicos, definição do perfil do egresso, competências e habilidades a serem desenvolvidas, seleção de conteúdos, processo de avaliação, estágios curriculares, programa de iniciação científica, entre outras).

Assim, na formulação do PPC do Curso de Direito procurou-se realizar articulações com esses documentos.

6. OBJETIVOS DO CURSO DE DIREITO

6.1 OBJETIVO GERAL DO CURSO

O Curso de Direito da Universidade de Ribeirão Preto – campus Guarujá tem por objetivo principal oferecer aos acadêmicos um curso que privilegie a reflexão crítica acerca de todos os fatores que compõem a Ciência Jurídica, propiciando-lhes a oportunidade de desenvolver sólida estrutura cultural, sem esquecer a necessária preparação prática para o exercício da profissão.

A partir do estabelecimento da matriz curricular objetiva-se a formação de profissionais aptos à atuação em todas as áreas do conhecimento jurídico, com capacidade de analisar o fenômeno jurídico, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, comprometidos com a formação humanística, técnico-jurídica e prática, tendo por escopo a possibilidade de realização profissional e a contribuição para as transformações sociais almejadas pela sociedade brasileira.

Sob tal perspectiva, espera-se formar profissionais com conhecimentos gerais e fundamentais, que lhes possibilitem o exercício da Advocacia ou de qualquer cargo público ou privado próprio para Bacharéis em Direito, com destaque para as Carreiras da Magistratura, Ministério Público, Advocacia Pública, Consultorias Jurídicas, Delegados de Polícia e outras afins.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO

A consecução dos objetivos específicos e o perfil final do egresso pressupõem:

- Formação humanística, de forma que o futuro profissional do Direito possa compreender os fenômenos sociais que se desenvolvem à sua volta;

- Possibilidade da abordagem dialética do fenômeno jurídico, contribuindo para a formação de visão de mundo atenta às necessidades locais e regionais em que está inserido;
- Desenvolvimento de consciência política, que possibilite ao futuro profissional uma postura ética no exercício de atividades profissionais;
- Desenvolvimento de raciocínio crítico que possibilite a compreensão dos fenômenos jurídicos de acordo com as necessidades sociais e promovam o seu desenvolvimento e transformação;
- Desenvolvimento de consciência ambiental, étnico-racial e de direitos humanos, de modo transversal e interdisciplinar, associado às diversas disciplinas curriculares, objetivando a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências fundamentais para a formação profissional cidadã do aluno;
- Possibilidade de permanente aquisição e atualização do saber jurídico, vinculando-o às exigências de seu tempo e ao exercício da atividade jurídica;
- Desenvolvimento de atividades de pesquisa de forma a atender às necessidades de saber pensar e aprender a aprender;
- Implementação da extensão como prática acadêmica, para atender às demandas sociais, assegurando a função social da Universidade na área do Direito;
- Formação de profissionais com base teórica e adequado treinamento prático, que os autorizem ao exercício da advocacia ou de qualquer cargo e função relacionada com carreiras jurídicas.

7. PERFIL DO EGRESSO

O perfil desejado dos egressos foi definido a partir da concepção e dos objetivos da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP e do Curso, tendo em vista as peculiaridades da cidade de Guarujá e região da Baixada Santista e também do mercado de trabalho, das mudanças socioeconômicas e tecnológicas e da legislação que disciplina a formação de recursos humanos para a área jurídica.

Esse perfil integra, também, o efetivo comprometimento com a realização jurídica e social dos Direitos fundamentais constitucionalmente positivados, bem como a consciência ambiental, étnico-racial e de direitos humanos.

Esses postulados conduziram a elaboração deste Projeto Pedagógico do Curso – PPC a pensar na formação de homens e mulheres públicos, de cidadãos e cidadãs, de profissionais conscientes de seus deveres e direitos, com amplos e sólidos conhecimentos práticos, técnico-jurídicos e sócio-políticos, capazes de serem solidários, de dialogarem com profissionais de outras áreas e de participarem, com responsabilidade e competência, do processo de integração e desenvolvimento socioeconômico da Baixada Santista e especificamente do município de Guarujá.

Destaca-se que o perfil do egresso foi definido de forma reflexa, consequente da participação da comunidade acadêmica e de diversos segmentos da comunidade guarujaense.

O Bacharel em Direito a ser formado pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP Campus Guarujá, deverá estar consciente de que, além do competente exercício da profissão jurídica que escolher, deve possuir um compromisso sócio-político com o aperfeiçoamento das instituições jurídicas e na efetivação dos direitos fundamentais, um dever ético decorrente do exercício de sua função pública e um compromisso com o diálogo como instrumento fundamental de solução de conflitos.

Tendo em vista as características sociais e ambientais do município de Guarujá, a integração racial e o cuidado aos direitos humanos e à preservação ambiental serão preocupações constantes do profissional de direito.

Portanto, os profissionais formados pelo Curso de Direito da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP Campus Guarujá, deverão:

- Possuir uma visão interdisciplinar do Direito, compreendendo-o como um fenômeno social e ético e não apenas como um conjunto de normas que não pode ser posto em discussão;

- Assumir uma postura crítica frente ao Direito, para adequá-lo à situação social, política e econômica emergente;
- Possuir uma postura de respeito às diferenças étnico-raciais, aos bens e serviços ambientais e aos direitos humanos, com uma visão integrada e transversal;
- Estar aptos a desenvolver estratégias teóricas, hermenêuticas e metodológicas que permitam a superação dos limites da versão dogmática da Ciência e do Direito, questionando e tendo uma visão crítica da realidade, pensando os códigos e compreendendo juridicamente os fatos sociais em constante mutação;
- Ser capazes de adaptar, com sensibilidade e competência, o conhecimento jurídico à solução de problemas para os quais nem sempre a legislação oferece respostas em suas normas;
- Conseguir atuar de forma eficaz, crítica e aprofundada com o Direito relacional nas mais diversas profissões jurídicas, mas, especialmente, de forma prioritária, proporcionar a formação que privilegie as formas pré-processuais e autocompositivas (inclusive as processuais) de solução de conflitos, tendo a atividade de mediação como uma “forma de agir” inerente às profissões jurídicas, sobretudo pelo intenso potencial resultante dos convênios já efetivados com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais como, por exemplo, o convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que possibilitou a implantação nessa Instituição do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Guarujá - CEJUSC.

7.1 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Em primeiro lugar, o Curso de Direito objetiva desenvolver no corpo discente as habilidades definidas como imprescindíveis na proposta de novas Diretrizes Curriculares para a área de Direito.

A essas habilidades busca agregar, ainda, outras, consideradas, também, indispensáveis ao exercício das profissões jurídicas no século XXI, tais como:

- Capacidade de utilização da linguagem com clareza, precisão, fluência verbal e riqueza de vocabulário;
- Capacidade de organização, expressão e comunicação do pensamento;
- Capacidade de assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos para o exercício da profissão;
- Capacidade de produção criativa do Direito;
- Capacidade de equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- Capacidade de percepção do fenômeno jurídico em suas formas de expressão cultural;
- Capacidade de trabalho em grupo;
- Capacidade de utilização das novas tecnologias no exercício da profissão;
- Capacidade de análise crítica e interdisciplinar do fenômeno jurídico;
- Capacidade de dialogar, negociar, conciliar e, em especial, mediar relações e conflitos;
- Disponibilidade cognitiva e emocional para lidar com situações emergentes, inerentes à complexidade da existência humana;
- Capacidade reflexiva para as questões étnico-raciais, ambientais e de direitos humanos.

Buscando a aproximação possível com essa questão de estabelecer previamente as formas e estratégias a serem utilizadas para o desenvolvimento de um conjunto de habilidades extremamente complexo, como aquele que se espera que seja de domínio dos profissionais do Direito, partindo não de habilidades isoladas, mas de seus grandes grupos, pode-se dizer:

- Que as habilidades pertinentes à questão da linguagem (leitura, compreensão, redação, etc..) deverão ser trabalhadas em todas as disciplinas e atividades do Curso. Possuirão, entretanto, uma atenção especial nas atividades de Pesquisa, de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e de execução das Atividades de Estágio;

- Que as habilidades vinculadas, de forma ampla, às questões da hermenêutica e da metodologia jurídica (interpretação e aplicação, utilização do raciocínio lógico e de raciocínio crítico, domínio de tecnologias e métodos, etc..) serão trabalhadas em pelo menos quatro planos: em primeiro lugar, no que se refere ao domínio das suas bases teóricas e metodológicas, nas disciplinas específicas dentre elas, Teoria do Direito, Teoria do Processo; em segundo lugar, na aplicação desse conhecimento aos diversos ramos do Direito, nas demais disciplinas do Curso; em terceiro lugar, quando da redação do Trabalho de Conclusão de Curso, na análise do objeto jurídico específico da pesquisa; e finalmente, em quarto lugar, nas atividades de estágio, buscando resolver questões concretas, reais e simuladas;
- Que as habilidades voltadas à questão específica da pesquisa, no âmbito curricular, serão trabalhadas em especial na disciplina Metodologia da Pesquisa em Direito e no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em conjunto com as mais diversas áreas de conhecimento. No âmbito extracurricular, através de projetos específicos de pesquisa, desenvolvidos por alunos e professores. Ao lado disso, a pesquisa e utilização das diversas fontes do Direito deve ser uma atividade constante de todas das disciplinas do Curso;
- Que as habilidades relativas ao agir profissional dos juristas (capacidade de julgar, de tomar decisões, de mediar e conciliar conflitos, etc..) terão seus lugares privilegiados de desenvolvimento nas atividades de Prática Jurídica Simulada e Real. As bases teóricas e instrumentais necessárias para o desenvolvimento dessas atividades serão fornecidas nas diversas disciplinas presentes na grade curricular do Curso.

Para o desenvolvimento das habilidades propostas, serão utilizadas as diversas metodologias e técnicas aplicáveis ao processo de ensino e aprendizagem, dentro de suas características e objetivos. Nesse sentido, e sempre que possível, serão privilegiados os estudos de textos e de casos, os estudos dirigidos, as mesas redondas e as técnicas de trabalho em grupo, como forma de desenvolver as diversas habilidades ao bom desempenho das profissões jurídicas. Finalmente,

essas habilidades serão sempre vinculadas ao perfil proposto para o egresso do Curso.

8. CONDIÇÕES GERAIS DE OFERTA

O curso de graduação em Direito teve seu currículo mínimo de 3.700 horas estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 2/2007, de 18 de junho de 2007 e segue as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, sendo que atualmente, atende a carga horária mínima de 3700 horas, perfazendo o total de 3791 horas, incluindo LIBRAS (optativa) com carga total de 3831 horas com tempo mínimo de integralização de 10 semestres e máximo de 15 semestres.

A disciplina LIBRAS compõe a matriz curricular como disciplina optativa (40 horas), atendendo ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nas diferentes áreas do conhecimento do curso normal superior, favorecendo o uso e a difusão de LIBRAS no acesso das pessoas surdas à educação, bem como a comunicação do setor acadêmico com o deficiente auditivo.

O curso de Direito obedece ao regime semestral, todavia o número de vagas anuais é de 100 (cem), preenchidas através de processo seletivo adotado pela Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP. O turno de funcionamento, ora vigente, apresenta-se no noturno, sendo de segunda-feira a sexta, completando o mínimo de duzentos dias letivos/ano. O funcionamento noturno corresponde ao horário das 19h15min às 22h50min.

O Curso é desenvolvido pelo sistema de créditos, com matrícula por disciplina, com observância aos perfis estabelecidos neste projeto.

O Curso de Direito da Universidade de Ribeirão Preto, campus Guarujá possui as seguintes cargas horárias de atividades didáticas:

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
1. Aulas Teóricas	3.078
2. Atividades Complementares	320
3. Prática Jurídica / Estágio Supervisionado	360
4. Orientação de Trabalho de Conclusão	33
5. Libras (optativa)	40
Carga horária total do curso (sem libras)	3.791
Carga horária total do curso (com libras)	3.831

O Curso encontra-se instalado no prédio principal do campus Guarujá.

As salas de aulas possuem condições adequadas de iluminação, conforto térmico e acústico, além de mobiliários e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

Referidos espaços e equipamentos estão em constante processo de intervenção, visando ampliar e melhorar as condições e, portanto, garantir pleno conforto aos usuários.

A biblioteca do Curso de Direito está agregada à Biblioteca Central e possui o acervo necessário ao suporte de estudo, ensino e pesquisa de discentes e docentes, além de estar à disposição da sociedade de forma gratuita. O referido acervo possui política permanente de atualização. A comunidade acadêmica conta, também, com a biblioteca virtual e diversas plataformas de bases de dados de pesquisa na modalidade *on line*.

A gestão acadêmica do Curso está sob a responsabilidade do seu Coordenador, cujas atribuições e processo de escolha estão respaldados nas deliberações do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do respectivo Curso e do Colegiado do Curso, e, também, regulados no Regimento Geral da Universidade.

As atividades didático-pedagógicas são desenvolvidas considerando os 04 (quatro) Núcleos: Ensino Teórico - NET; Ensino Prático - NEP; Pesquisa - NUP e Extensão – NEX, todos sob a responsabilidade do Coordenador do Curso, sob a orientação do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

A divisão do Curso em Núcleos e a integração das atividades de todos eles junto à Coordenação do Curso objetiva, principalmente, o desenvolvimento da interdisciplinaridade, integração entre teoria, prática, extensão e pesquisa.

8.1 CONDIÇÕES DE OFERTA DO ENSINO TEÓRICO

O Núcleo de Ensino Teórico - NET, integrado à Coordenação do Curso, identifica o conjunto de disciplinas teóricas definidas na matriz curricular do Curso de Direito, presentes nos perfis inicial, intermediário e final, estabelecidos neste Projeto.

Compete ao NET a implementação, supervisão e controle das atividades docentes e discentes relacionadas com o ensino da teoria do Direito.

O ensino teórico do Curso de Direito é orientado pelo NET, sob a responsabilidade do Coordenador do Curso e sob a orientação do Núcleo Docente Estruturante (NDE), cuja atribuição principal é a execução do projeto didático-pedagógico, naquilo que lhe é peculiar.

O ensino teórico deve ser ministrado por professores com formação específica, escolhidos na forma estabelecida no Regimento Geral da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP.

8.2 CONDIÇÕES DE OFERTA DO ENSINO PRÁTICO

O ensino prático do Curso de Direito é orientado pelo Núcleo de Ensino Prático (NEP) e contempla a Orientação de Prática Jurídica, que se inicia a partir da 5ª etapa, sendo que o Estágio Real / Supervisionado é aplicado na 9ª e 10ª etapas e as Atividades Complementares, cuja responsabilidade estará sempre a cargo de um dos professores do Curso, que exercerá a função de Supervisor, e, também, sob a orientação do Coordenador do Curso.

Para a consecução de suas atividades, o NEP conta com secretaria, e o seu funcionamento conta com espaço físico exclusivo, com ambientes apropriados para práticas simuladas e reais.

As atividades de Prática Jurídica e Estágio são desenvolvidos a partir da quinta etapa, dentro de espaço específico, com supervisão acadêmica de docentes nas respectivas áreas do conhecimento desenvolvido, quais sejam: trabalhista, civil e criminal.

As atividades de Prática Jurídica e Estágio são desenvolvidos no Escritório de Assistência Jurídica (EAJ) podendo estender-se ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

O Escritório de Assistência Jurídica (EAJ) é credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP) e mantido pela Universidade, que, além de propiciar condições de treinamento prático aos acadêmicos, serve como atividade de extensão, na prestação de serviço de assistência judiciária aos necessitados, desde que observados os requisitos legais relativos ao perfil dos assistidos.

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) corresponde a uma extensão do Poder Judiciário, instalado e funcionando dentro da Universidade, com a realização de audiências de mediação e conciliação em casos reais, decorrentes dos atendimentos feitos à sociedade civil, cuja assistência judiciária é voltada aos necessitados.

Além do Escritório de Assistência Jurídica da Universidade, o acadêmico poderá realizar a sua práxis (Prática Jurídica e Estágio Supervisionado) em outro local, como escritórios de advocacia (credenciado pela OAB/SP), Poder Judiciário, Procuradorias, Ministério Público e outras Instituições Públicas ou Privadas relacionadas com o exercício do Direito.

8.3 CONDIÇÕES DE OFERTA DE PESQUISA

As atividades de pesquisa do Curso de Direito são efetivadas por meio do Núcleo de Pesquisa Fernando Eduardo Lee (NUP), sob Coordenação Geral de Pesquisa do Campus Guarujá e desenvolvida por pesquisadores, docentes e discentes de graduação e pós-graduação, vinculados a grupos de pesquisa ou desenvolvendo projetos de pesquisa isolados.

A iniciação científica é desenvolvida sob a orientação dos docentes da UNAERP, realizada sob a forma de trabalhos individuais ou junto a grupos de pesquisa.

O NUP é responsável pelo cadastramento e atualização dos dados de pesquisa da Instituição (grupos, pesquisadores, orientadores e outros), junto a órgãos governamentais e a agências de fomento à pesquisa.

O NUP, para a realização dos seus objetivos, funciona com Secretaria própria.

No campus Guarujá, acontece anualmente o Simpósio Internacional de Ciências Integradas (SICI), com a participação de todos os cursos, além de pesquisadores externos, sendo um importante receptor e divulgador das pesquisas realizadas, pelos discentes e docentes do Curso de Direito. O SICI é um dos meios de divulgação dos trabalhos de pesquisa e o acesso é pleno e grátis em www.unaerp.br/sici

A divulgação dos trabalhos de pesquisa é feita, também, por meio do Congresso de Iniciação Científica da UNAERP - CONIC, além de congressos e seminários de pesquisa e outros eventos do gênero.

Cabe à Biblioteca da UNAERP a orientação para a formalização dos trabalhos de pesquisa e o auxílio no levantamento de dados bibliográficos e outros de sua competência.

8.4 CONDIÇÕES DE OFERTA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As Atividades de Extensão, como prática acadêmica, dizem respeito às atividades promovidas para atender às demandas sociais, dentre outras, à prestação de serviço de assistência judiciária, do município do Guarujá e demais cidades da região, assegurando a função social da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP na área do Direito.

As atividades de extensão do curso são de responsabilidade do Núcleo de Extensão (NEX), que funciona como os demais núcleos, sob a supervisão do Coordenador do Curso em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), e centraliza todas as atividades que lhe são peculiares.

8.5 CONDIÇÕES DE OFERTA DE TEMAS TRANSVERSAIS E INTERDISCIPLINARES, COM CONTEÚDOS EM DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS, SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA E SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Essa oferta, mediante transversalidade e interdisciplinaridade, está em consonância com as seguintes normas e diretrizes educacionais, que buscam a formação humanística e cidadã do aluno do curso de Direito, mediante a consecução dos objetivos definidos em cada uma delas, consubstanciando assim os objetivos descritos no item 4 deste instrumento:

- A Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, a Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e a Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, voltadas à obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, à Educação para as Relações Étnico-raciais, do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- A Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 e a Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, voltadas à instituição e regulamentação da Política Nacional de Educação

Ambiental e ao estabelecimento das respectivas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental;

- O Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012 e a Resolução MEC/CNE nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as diretrizes para a Educação em Direitos Humanos.

Dando cumprimento às respectivas determinações normativas, a Reitora da Universidade de Ribeirão Preto, através da Portaria G. R. nº. 069, de 14 de dezembro de 2012, instituiu o “Programa de Educação em Direitos Humanos, Ambiental, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, determinando, dentre outras obrigações, a inserção, no Projeto Político Pedagógico de cada curso da instituição, de conteúdos e atividades complementares que promovam a educação em direito humanos, ambiental e de cultura afro-brasileira e indígena.

Portanto, objetivando a realização da transversalidade e interdisciplinaridade, são ministrados os conteúdos sobre Educação Ambiental, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e, também, sobre Educação em Direitos Humanos, nas disciplinas obrigatórias do curso (listadas ao final deste item), e com realce nos ementários respectivos, no entanto, respeitado as especificidades de cada uma e a corresponde variação de abordagem.

Os temas relativos à educação ambiental abordam os conteúdos voltados ao conceito e relevância da Educação Ambiental, suas relações para a conquista dos direitos de cidadania, evidenciando os mecanismos determinantes para as condições de vida das pessoas no ambiente, considerando os aspectos biológicos, meio físico, socioeconômico e cultural e a sustentabilidade da vida no planeta.

Os conteúdos relativos à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são: reconhecer e valorizar a identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, enfatizando as garantias de dignidade humana, isonomia, direitos reconhecidos às minorias étnicas, além das diversas proibições legais de discriminação.

O conteúdo de Educação em Direitos Humanos busca a formação do aluno para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e internacional, propiciando condições para a mudança e transformação social, com atenção especial aos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado e democracia na educação.

Para fins de materialização da transversalidade e interdisciplinaridade dos temas previstos neste item, haverá complementação nos conteúdos curriculares obrigatórios através da integralização de três cursos de extensão específicos oferecidos pela instituição, quais sejam: Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos e Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, todos exigidos na forma de atividades complementares obrigatórias, segundo o definido neste instrumento.

A seguir são apresentadas as disciplinas nas quais, de forma transversal e interdisciplinar, são ministrados os conteúdos sobre Educação Ambiental, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e sobre Educação em Direitos Humanos:

Etapa	Disciplinas
1ª	Questões Contemporâneas
	Sociedade e Cultura
	Atividades Complementares I
2ª	Atividades Complementares II
	Filosofia do Direito I
	Introdução ao Estudo do Direito
	Teoria do Estado
	Economia
3ª	Teoria Geral do Direito II
	Atividades Complementares III
	Direito Penal I
	Direito Constitucional I
4ª	Atividades Complementares IV
	Direito Constitucional II
	Direito Empresarial I

5ª	Direito do Trabalho I
	Direito Civil III
	Direito Constitucional III
	Direito Penal III
6ª	Direito Administrativo I
	Direito Penal IV
	Direito Civil IV
	Direito do Trabalho II
7ª	Direito Processual Penal I
	Direito Civil V
	Direito Penal V
	Direito Administrativo II
8ª	Direito Civil VI
	Medicina Forense
9ª	Direito Ambiental
	Direito Seguridade Social
10ª	Direito Internacional
	Direito Tributário
	Direitos Humanos
	Ética Profissional
	Outros Direitos

9. VOCAÇÃO DO CURSO

Conforme especificado, o curso tem vocação para a formação de Bacharéis em Direito com sólida formação humanística, ética, teórica e prática, em condições de atuar em qualquer área do conhecimento jurídico.

A referida formação, almejada com o desenvolvimento deste projeto deve ser de profissionais com conhecimentos jurídicos gerais e fundamentais e postura crítica.

Este projeto contempla as peculiaridades locais, de Guarujá e municípios da região, especialmente aquelas oriundas da situação geográfica e política, por meio da inserção de disciplinas específicas na matriz curricular.

10. MATRIZ CURRICULAR

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
1ª	E0311	Questões Contemporâneas	04	67
	E0411	Sociedade e Cultura	04	67
	EA113	Filosofia Geral	04	67
	P0113	Leitura e Produção de Textos	04	67
	E0614	Psicologia	02	33
	J5814	Atividades Complementares I	02	80
	V0290	Metodologia Científica	02	40

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
2ª	E0514	Teoria Geral do Processo I	02	33
	J5914	Atividades Complementares II	02	80
	JK514	Filosofia do Direito I	04	67
	JM414	Teoria Geral do Direito I	04	67
	JY814	Introd. ao Estudo do Direito	04	67
	JY914	Teoria do Estado	04	67
	PJ334	Economia	02	33

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
3ª	E0714	Filosofia do Direito II	02	33
	E0814	Teoria Geral do Direito II	02	33
	E0914	Teoria Geral do Processo II	02	33
	EA114	Direito Civil I (Obrigações)	04	67
	J6214	Atividades Complementares III	02	80
	J6914	Direito Penal I	04	67
	JM214	Direito Constitucional I	04	67

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
4ª	EA214	Direito Civil II (Contratos)	04	67
	EA314	Direito Processual Civil I	02	33
	J6314	Atividades Complementares IV	02	80
	J7614	Direito Penal II	04	67
	JM714	Direito Constitucional II	04	67
	JZ114	Direito Empresarial I	04	67

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
5ª	EA414	Direito Trabalho I	04	67
	EA514	Direito Civil III (Reais I)	04	67
	EA614	Direito Constitucional III	02	33
	EA714	Orientação Prática Jurídica I	00	60
	EC914	Direito Processual Civil II	02	33
	J2814	Direito Penal III	04	67
	JZ214	Direito Empresarial II (Tit. Cr)	04	67

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
6ª	EA814	Direito Administrativo I	04	67
	EA914	Orientação Prática Jurídica II	02	60
	J2914	Direito Penal IV	04	67
	JP314	Direito Processual Civil III	04	67
	JZ314	Direito Civil IV (Reais II)	04	67
	U0114	Direito Do Trabalho II	02	33

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
7ª	EB114	Orientação Prática Jurídica III	02	60
	J3614	Direito Processual Penal I	04	67
	JP414	Direito Processual Civil IV	04	67
	JZ414	Direito Civil V (Família)	04	67
	JZ514	Direito Penal V	02	33
	JZ614	Direito Administrativo II	04	67

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
8ª	TH613	Metodologia da Pesq. Científica	02	33
	EB214	Direito Civil VI (Sucessões)	04	67
	EB314	Direito Financeiro	02	33
	EB414	Medicina Forense	02	33
	EB514	Orientação Prática Jurídica IV	02	60
	J3714	Direito Processual Penal II	04	67
	JP514	Direito Processual Civil V	04	67

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
9ª	EB614	Direito Falimentar	04	67
	EB714	Direito Ambiental	02	33
	EB814	Direito Processual Penal III	04	67
	ED114	Direito Seguridade Social	02	33
	ED214	Orientação do TCC	02	33
	ED314	Orientação Prát. Jurídica V	02	60
	JI714	Direito Processual do Trabalho	04	67

Etapa	Código	Nome	Aulas	CH
10ª	D1314	Direito Internacional	04	67
	D1414	Direito Tributário	04	67
	D1514	Direitos Humanos	02	33
	EC514	Direito do Consumidor	02	33
	ED414	Orientação Prát. Jurídica VI	02	60
	JK214	Ética Profissional	02	33
	JS214	Direito Aduaneiro	02	33
	JZ914	Outros Direitos	02	33
	VV190	Libras – Optativa	02	40

A disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) está inserida como disciplina optativa, atendendo ao disposto no Decreto nº 5.626 de 2005, com carga horária de 40 horas.

11. EMENTÁRIO

11.1. PRIMEIRA ETAPA

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

CÓDIGO: E0311

CARGA HORÁRIA: 67 H/A

EMENTA

A disciplina aborda temas emergentes no cenário internacional e nacional, focando o desenvolvimento de uma análise crítica sobre fatos nas áreas econômica, social, política, ambiental e dos direitos humanos, com compreensão da relevância da questão ambiental e sua repercussão mundial, com reconhecimento dos direitos humanos em documentos nacionais e internacionais, e, também, da situação das minorias étnicas, incluindo os afrodescendentes e indígenas e os esforços para o resgate da dívida histórica com tais populações. A disciplina relacionará todas essas questões com informações advindas de outros canais de comunicação, como filmes, vídeos e matérias publicadas em jornais e revistas de circulação nacional.

SOCIEDADE E CULTURA

CÓDIGO: E0411

CARGA HORÁRIA: 67 H/A

EMENTA

A disciplina abordará as bases teóricas e conceituais sobre a ciência da sociedade, discutindo as questões relacionadas ao homem e à sociedade, os agrupamentos sociais, os aspectos culturais e de mobilidade social, os movimentos e desigualdades sociais e a comunicação como meio de interação social. Para tal, serão consideradas as questões étnico-raciais e de direitos humanos, considerando a contribuição dos povos de origem africana e indígena para a formação da sociedade, e a relação do homem com o meio ambiente, tendo a sustentabilidade como fundamento de manutenção das sociedades. Por meio de exposição interativa de conteúdos, realização de debates, seminários e trabalhos em equipes, o aluno estará capacitado a aplicar os conhecimentos referentes à sociedade através das teorias clássicas da sociologia.

FILOSOFIA GERAL

CÓDIGO: EA113

CARGA HORÁRIA: 67 H/A

EMENTA

A disciplina contempla e promove o conhecimento de conceitos basilares da filosofia, bem como os elementos históricos sobre a sua origem, desenvolvendo, em igual medida, a compreensão dos fundamentos da Cultura Ocidental.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	
CÓDIGO: P0113	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina trabalha a língua portuguesa, visando o conhecimento do uso de norma padrão - culta do idioma. Estuda, igualmente, a linguagem forense com reflexão crítico-valorativa, sob enfoques humanísticos, éticos e históricos, realçando suas possibilidades de ensino. Para tanto leva a efeito estudo sobre a retórica, a macroestrutura e microestrutura textuais.	

PSICOLOGIA	
CÓDIGO: E0614	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina aborda, sob enfoque humanístico e histórico-crítico, os seguintes temas: introdução ao estudo da psicologia; processos sensoriais: sensação e percepção; elementos psicológicos do testemunho, motivação; conflito, frustração e ajustamento; o estudo da personalidade; perturbações da personalidade associada à periculosidade da vítima; vitimologia - "iter criminis"; os sistemas penitenciários; e a análise crítica da prisão.	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES I	
CÓDIGO: J5814	CARGA HORÁRIA: 80 H/A
EMENTA	
A disciplina desenvolverá atividades de composição da parte flexível do curso, tornando possível a formação complementar dos alunos, fornecendo-lhes conteúdo humanista. Para tanto, o aluno deverá cumprir atividades extracurriculares, que em linhas gerais, poderão consistir em atividades culturais, de ensino, de extensão, de pesquisa e de representação estudantil. Realizar Leitura e interpretação de textos de linguagens verbais e sincréticas, em diferentes gêneros textuais com ênfase nos gêneros: literário e acadêmico-científico. A linguagem em função estética. Estruturação e produção de textos narrativos e expositivos de acordo com as regras da norma culta.	

METODOLOGIA CIENTÍFICA	
CÓDIGO: V0290	CARGA HORÁRIA: 40 H/A
EMENTA	
A disciplina analisará a importância da Metodologia Científica na vida acadêmica do aluno evidenciando os passos para a construção do conhecimento científico. Visa ainda elucidar sobre a diferença entre Projeto de Pesquisa e Trabalho Científico, enfatizando as suas estruturas, segundo as normas definidas pela ABNT, bem como, sobre os principais tipos de pesquisas trabalhados na graduação, forma adequada de citações bibliográficas e noções básicas de referências bibliográficas.	

11.2. SEGUNDA ETAPA.

TEORIA GERAL DO PROCESSO I

CÓDIGO: E0514

CARGA HORÁRIA: 33 H/A

EMENTA

A disciplina estuda do processo, como instituição jurídica. Inicia-se com o estudo entre a relação da sociedade com a tutela jurídica. Estabelece a distinção entre o direito material e o direito processual. Em sequência passa ao estudo dos princípios gerais e constitucionais do direito processual. Analisa a norma processual sob seu objeto e natureza, bem como sua eficácia no espaço e tempo. Depois se estuda a jurisdição e seus princípios, as espécies de jurisdição, seus limites e espécies. E, por fim, se estuda a estrutura, função e organização do Poder Judiciário.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES II

CÓDIGO: J5914

CARGA HORÁRIA: 80 H/A

EMENTA

A disciplina desenvolverá atividades de composição da parte flexível do curso, tornando possível a formação complementar dos alunos, fornecendo-lhes conteúdo humanista. Para tanto, o aluno deverá cumprir atividades extracurriculares, que em linhas gerais, poderão consistir em atividades culturais, de ensino, de extensão, de pesquisa e de representação estudantil. Realizar Leitura e interpretação de textos de linguagens verbais e sincréticas, em diferentes gêneros textuais com ênfase nos gêneros: literário e acadêmico-científico. A linguagem em função estética. Estruturação e produção de textos narrativos e expositivos de acordo com as regras da norma culta.

FILOSOFIA DO DIREITO I

CÓDIGO: JK514

CARGA HORÁRIA: 67H/A

EMENTA

Os principais temas abordados pela disciplina, em um enfoque crítico-reflexivo, são: introdução à filosofia do direito: noção, objeto, método e importância da filosofia jurídica; o direito e seus atributos de validade: conceito de direito, sua dimensão axiológica; direito e coação; a validade do direito; direito e cultura; a necessidade de lei como elemento essencial da sociedade; teoria tridimensional do direito; direito natural sua história e concepções; positivismo jurídico e suas escolas; Hans Kelsen e a teoria pura do direito. A relação entre direito e as questões étnico-raciais.

TEORIA GERAL DO DIREITO I	
CÓDIGO: JM414	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina aborda conceitos aplicáveis a toda a matéria jurídica. Tem caráter de fundamento na estrutura curricular. Trata de temas, cuja compreensão é indispensável para o curso sequencial da investigação do direito. A abordagem é jurídica, humanística, ética e política. Os principais pontos versados são: Direito e suas acepções. Princípios gerais. Sistema do direito positivo brasileiro. Fonte primária (dogmática) do Direito. Pessoa, personalidade e capacidade jurídicas. Objetos dos direitos (bens) e domicílio.	

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	
CÓDIGO: JY814	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina conduzira à noção introdutória do fenômeno jurídico por meio da compreensão dos conceitos jurídicos comuns às disciplinas do currículo do Curso de Direito. Introduz o estudante na terminologia técnico-jurídica, bem como apresenta as noções fundamentais do conhecimento da Ciência do Direito. A abordagem considerará a posição e relevância dos direitos humanos no sistema normativo e da tutela dos bens ambientais por parte do Direito.	

TEORIA DO ESTADO	
CÓDIGO: JY914	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina proporcionará ao aluno o conhecimento da formação do Estado e sua estruturação jus-política e histórica, no intuito de compreender seus elementos e instituições determinantes, especialmente frente ao contínuo processo de interdependência socioeconômica entre os Estados dentro do processo de globalização. Visa ainda, abordar aspectos da ciência política e o estudo dos clássicos da política, e, também, os direitos humanos como fundamentos dos estados democráticos de direito.	

ECONOMIA	
CÓDIGO: PJ334	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará os conceitos fundamentais de economia, as características de macro e microeconomia, introduzindo conceitos sobre as leis de oferta e procura, indicadores econômicos e sociais e os principais elementos sobre a estrutura de mercado, desemprego, renda e integração econômica. A abordagem será contextualizada, tendo como concepção subjacente o desenvolvimento sustentável, com respeito ao meio ambiente por parte dos atores econômicos, o conceito de uma economia socialmente inclusiva que assegure a todos o direito de acesso aos serviços econômicos, e o reconhecimento da contribuição dos afrodescendentes e indígenas na formação do sistema econômico brasileiro.	

11.3. TERCEIRA ETAPA

FILOSOFIA DO DIREITO II	
CÓDIGO: E0714	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
São estudadas, sob enfoque, histórico-crítico, as seguintes doutrinas filosóficas: Thomas Hobbes e os fundamentos do Estado Absolutista; John Locke e o individualismo liberal; Rousseau e o contrato social; a doutrina do direito de Emmanuel Kant; análise do pensamento de Montesquieu no “O Espírito das Leis”, A Teoria do Ordenamento Jurídico em Norberto Bobbio.	

TEORIA GERAL DO DIREITO II	
CÓDIGO: E0814	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará os conceitos gerais aplicáveis a todos os ramos do Direito. Seu caráter é de fundamento à estrutura curricular, ao tempo em que leva à compreensão indispensável dos princípios que nortearão os demais ramos sequenciais do Direito, utilizando as abordagens jurídica, humanística e ética, e os direitos da personalidade como garantias fundamentais. Os principais temas abordados são: aquisição, defesa e extinção dos direitos, ato jurídico, da lesão, da teoria da imprevisão, prescrição e decadência.	

TEORIA GERAL DO PROCESSO II	
CÓDIGO: E0914	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará, dentro do estudo do processo, a instituição do Ministério Público e da Advocacia. Em sequência, estuda-se a competência do órgão jurisdicional, distinguindo-a em absoluta e relativa. Após direciona-se ao estudo da ação, sua natureza jurídica, classificação, bem como a resposta à ação, ou seja, exceção e defesa do réu. A seguir passa-se ao estudo do processo e sua natureza jurídica, bem como ao estudo do procedimento.	

DIREITO CIVIL I (OBRIGAÇÕES)	
CÓDIGO: EA114	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina contemplará o conceito de direito das obrigações, conhecer sua evolução, suas fontes, examinando sua definição, seus elementos constitutivos, reconhecer e distinguir as diversas modalidades de obrigações, seus efeitos, cumprimento, descumprimento e sua transmissão e a responsabilidade Civil.	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES III	
CÓDIGO: J6214	CARGA HORÁRIA: 80 H/A
EMENTA	
A disciplina desenvolverá atividades de composição da parte flexível do curso, tornando possível a formação complementar dos alunos, fornecendo-lhes conteúdo humanista. Para tanto, o aluno deverá cumprir atividades extracurriculares, que em linhas gerais, poderão consistir em atividades culturais, de ensino, de extensão, de pesquisa e de representação estudantil. Realizar Leitura e interpretação de textos de linguagens verbais e sincréticas, em diferentes gêneros textuais com ênfase nos gêneros: literário e acadêmico-científico. A linguagem em função estética. Estruturação e produção de textos narrativos e expositivos de acordo com as regras da norma culta.	

DIREITO PENAL I	
CÓDIGO: J6914	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A base do Direito Penal está fundada na parte geral do Código Penal Brasileiro. Por isso, torna-se exigível e indispensável que o aluno seja concretamente levado a adquirir as noções gerais deste Codex. Tal conhecimento é imprescindível, para que possa ter domínio da parte geral, a fim de que haja adequado prosseguimento em relação ao estudo acerca da definição dos crimes da parte especial, dentre outros, os comuns, especiais, materiais, relacionados às pessoas e aos seus direitos, e, também, os crimes contra os bens e serviços ambientais.	

DIREITO CONSTITUCIONAL I	
CÓDIGO: JM214	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina tratará dos principais temas que versam sobre Direito Constitucional, voltados para seu conceito, objeto e conteúdo; a classificação da Constituição Federal de 1988, os princípios constitucionais fundamentais; os direitos e garantias fundamentais, a supremacia da Constituição; o Poder Constituinte; o controle da constitucionalidade; a interpretação e integração das normas constitucionais; a organização do Estado e a organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A abordagem considerará a história e o desenvolvimento dos direitos humanos, a evolução e aplicação do princípio da isonomia e seus reflexos nas questões, a necessidade de garantia do meio ambiente como forma de tutela ao direito da vida e ação popular ambiental e a evolução e aplicação do princípio da isonomia e seus reflexos nas questões étnico-raciais.	

11.4. QUARTA ETAPA

DIREITO CIVIL II (CONTRATOS)	
CÓDIGO: EA214	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina, seguindo o disposto no Código Civil vigente, analisará o conceito de CONTRATO, examinando sua definição, os elementos que compõem a noção, os princípios informadores, o 3º na relação, seus efeitos (responsabilidades / revisão / extinção) e espécies. Também as regras relativas às OBRIGAÇÕES resultantes dos ATOS UNILATERAIS. Observa ainda, os preceitos relativos às PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS, dessas relações obrigacionais. Contratos em espécie.	

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	
CÓDIGO: EA314	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina possibilitará ao aluno o estudo do procedimento ordinário, dos requisitos da petição inicial, o pedido de tutela antecipada, a citação e a resposta do réu, abordando ainda, a revelia e seus efeitos, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, e por fim, intervenção de terceiros e litisconsórcio.	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES IV	
CÓDIGO: J6314	CARGA HORÁRIA: 80 H/A
EMENTA	
A disciplina desenvolverá atividades de composição da parte flexível do curso, tornando possível a formação complementar dos alunos, fornecendo-lhes conteúdo humanista. Para tanto, o aluno deverá cumprir atividades extracurriculares, que, em linhas gerais, poderão consistir em atividades culturais, de ensino, de extensão, de pesquisa e de representação estudantil. Realizar Leitura e interpretação de textos de linguagens verbais e sincréticas, em diferentes gêneros textuais com ênfase nos gêneros: literário e acadêmico-científico. A linguagem em função estética. Estruturação e produção de textos narrativos e expositivos de acordo com as regras da norma culta.	

DIREITO PENAL II	
CÓDIGO: J7614	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina fornecerá ao acadêmico a compreensão da teoria geral da pena, abarcando os princípios constitucionais aplicáveis à espécie, culminando com o estudo da prescrição penal.	

DIREITO CONSTITUCIONAL II	
CÓDIGO: JM714	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará os conceitos gerais e específicos de direito constitucional aplicáveis ao ordenamento jurídico, visto que a Constituição Federal é a base e o fundamento aos demais ramos do Direito, ao tempo em que conduzirá à compreensão indispensável da organização da República Federativa, a organização dos Estados-membros, município e Distrito Federal, além apresentar o espectro de direitos ligados ao exercício da cidadania e soberania, incluindo aquisição e perda da nacionalidade brasileira, aquisição e perda de direitos políticos, declaração de direito do Homem e ações constitucionais. O desenvolvimento da disciplina observará os elementos humanístico, econômico, social e ético, com destaque ao princípio da dignidade humana com fundamento da República e ao direito constitucional à isonomia e a proibição de preconceitos e desigualdades.	

DIREITO EMPRESARIAL I	
CÓDIGO: JZ114	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina oportunizará o envolvimento do aluno em programa de estudo crítico-reflexivo sobre as premissas relacionadas com a empresa, o empresário, a Sociedade Mercantil ou Sociedade Empresária, bem como os aspectos contratuais mercantis envolvendo negócios empresariais, provocando dessa forma um conhecimento específico e panorâmico das relações econômicas empresariais e seus efeitos frente ao mercado de consumo, sem esquecer a responsabilidade socioambiental das empresas.	

11.5. QUINTA ETAPA

DIREITO TRABALHO I	
CÓDIGO: EA414	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará, de forma propedêutica, com reflexão crítica valorativa, sob enfoque humanístico, ético, político, jurídico e histórico, a denominação do trabalho, Princípios do Direito do trabalho, natureza jurídica da relação de emprego, contrato de trabalho, sujeitos do contrato de trabalho, caracterização da relação de emprego, contratos por prazo determinado, duração do contrato, requisitos de validade, FGTS, seguro desemprego, profissões regulamentadas, terceirização trabalhista, aviso prévio e direito coletivo do trabalho, trabalho escravo, o índio e o negro no mercado de trabalho. A abordagem contemplará a relevância do meio ambiente artificial, com ênfase para o ambiente do trabalho, os direitos humanos dos trabalhadores decorrentes dos compromissos dos tratados internacionais, e, também, a questão do subemprego e sua repercussão nas questões étnico-raciais, e a garantia da isonomia entre os trabalhadores.	

DIREITO CIVIL III (REAIS I)	
CÓDIGO: EA514	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina, considerando a história do direito de propriedade no Brasil, a eliminação das restrições de acesso à propriedade e aos bens e a responsabilidade socioambiental, como condição para o exercício da propriedade, abordará os princípios que regem os direitos reais e as principais teorias da posse, sua classificação e inicia o estudo do direito de propriedade, pelas regras inerentes a aquisição e a perda da propriedade, bem como, a intervenção da vontade como forma de transmissão desses direitos.	

DIREITO CONSTITUCIONAL III	
CÓDIGO: EA614	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará os institutos específicos de direito constitucional aplicáveis ao ordenamento jurídico, almejando colocar o discente em contato com a jurisdição constitucional, propiciando-lhe conhecimento específico no tocante às ações de controle de constitucionalidade bem como das garantias constitucionais postas a serviço do cidadão, como os instrumentos de proteção aos direitos humanos, ao mesmo tempo em que conduz à compreensão indispensável dos princípios, sistemas e organização dos poderes que nortearão a compreensão das limitações à gestão governamental, utilizando as abordagens jurídica, humanística e ética.	

ORIENTAÇÃO PRÁTICA JURÍDICA I**CÓDIGO: EA714****CARGA HORÁRIA: 60 H/A****EMENTA**

A disciplina possibilitará a observação e acompanhamento de atos processuais (audiências e sessões), através de visitas a órgãos do Poder Judiciário e ministrará orientação para a elaboração de relatórios referentes a esses atos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**CÓDIGO: EC914****CARGA HORÁRIA: 33 H/A****EMENTA**

A disciplina trabalhará, de forma propedêutica, com reflexão crítico-valorativa, sob enfoques humanísticos, ético, político, jurídico e histórico, notadamente a respeito da fase de instrução probatória, estudando cada uma das provas previstas no Código de Processo Civil, bem como aborda, ainda, a sentença, a audiência de instrução e a coisa julgada.

DIREITO PENAL III**CÓDIGO: J2814****CARGA HORÁRIA: 67 H/A****EMENTA**

A disciplina estudará as normas incriminadoras e não incriminadoras, objeto jurídico tutelado, sujeito ativo e passivo do crime, prosseguindo para os crimes contra a vida; a incolumidade corporal; de periclitar à vida e à saúde; de rixa; contra a honra; crimes contra a liberdade individual; crimes contra o patrimônio e por fim, crimes contra a propriedade imaterial, além dos crimes contra a honra e a tutela penal do preconceito.

DIREITO EMPRESARIAL II (TIT CR - TÍTULOS DE CRÉDITO)**CÓDIGO: JZ214****CARGA HORÁRIA: 67 H/A****EMENTA**

A disciplina oportunizará o envolvimento do aluno num programa de estudo crítico-reflexivo sobre as premissas relacionadas com o Direito Cambiário, os títulos de crédito, bem como os aspectos contratuais cambiais mercantis envolvendo relações creditícias empresariais, provocando dessa forma um conhecimento específico e panorâmico das relações cambiárias empresariais e seus efeitos frente ao mercado de consumo.

11.6. SEXTA ETAPA

DIREITO ADMINISTRATIVO I	
CÓDIGO: EA814	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina conduzirá ao conhecimento básico sobre o Direito administrativo, focando o seu conceito, a sua origem e o seu objetivo, para compreensão dos seus sentidos: a) objetivos (serviço público, poder de polícia, atos, contratos e licitação); b) subjetivo (pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos), bem como instrumentos de atuação. No estudo, serão abordados os princípios gerais da administração pública, como instrumento de garantia dos direitos humanos, o direito de acesso isonômico aos cargos públicos, proibição de discriminação e quotas, e, também, a tutela administrativa e o poder de polícia ambiental.	

ORIENTAÇÃO PRÁTICA JURÍDICA II	
CÓDIGO: EA914	CARGA HORÁRIA: 60 H/A
EMENTA	
A disciplina oferecerá condições para o aluno elaborar petições iniciais do rito ordinário e sumário, contestações, réplicas, despachos, entre outras peças jurídicas, participando, ainda, de Processo Simulado contínuo, no qual receberá casos práticos simulados do Núcleo de Ensino Prático ou do Cartório Modelo e realizará audiências simuladas.	

DIREITO PENAL IV	
CÓDIGO: J2914	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina prosseguirá a análise dos delitos em espécie, complementando o estudo da parte especial do Código Penal, tratando dos crimes contra a família, crimes contra a saúde pública como direito humano de primeira geração e sua tutela pelo direito penal, crimes contra a paz pública, contra a fé pública, crimes contra a administração pública, crimes praticados por particular contra a administração, crime de tráfico de pessoas e a tutela penal do direito a liberdade, poluição ambiental, direito de propriedade e direito de vizinhança, tudo com base na legislação especial e sob a vigência do Código Penal Brasileiro.	

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	
CÓDIGO: JP314	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina estudará as espécies de recursos previstas no código de processo civil, fazendo incursão em sua teoria geral, características, espécies recursais, juízo de admissibilidade e juízo de mérito, requisitos de admissibilidade, princípios fundamentais, bem como os efeitos dos recursos.	

DIREITO CIVIL IV (REAIS II)	
CÓDIGO: JZ314	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará o direito de vizinhança, abrangendo noções gerais e modos. Estuda, ainda, o fenômeno do condomínio geral e edilício, a propriedade resolúvel e fiduciária, e ainda os direitos reais sobre coisas alheias. Na abordagem dos itens, as discussões observarão as diretrizes e princípios constitucionais e demais leis voltadas à proteção e defesa dos bens e serviços ambientais.	

DIREITO DO TRABALHO II	
CÓDIGO: U0114	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina trabalhará de forma propedêutica, com reflexão crítica valorativa e sob enfoque humanístico, ético, político, jurídico e histórico, a sucessão de empregadores, a jornada de trabalho, o salário e a remuneração, os tipos salariais, os vales trabalhistas, a proteção ao salário, a segurança e medicina do trabalho, a proteção insalubre, penosa e perigosa do trabalhador, o repouso trabalhista, a alteração, extinção, prescrição e decadência do contrato de trabalho, meio ambiente do trabalho, tudo no contexto dos direitos humanos trabalhistas consignados em normas internacionais.	

11.7. SÉTIMA ETAPA

ORIENTAÇÃO PRÁTICA JURÍDICA III	
CÓDIGO: EB114	CARGA HORÁRIA: 60 H/A
EMENTA	
A disciplina ofertará ao aluno orientação para a elaboração de peças jurídicas constitucionais, tais como: Mandado de Injunção, Habeas Data, Habeas Corpus, Mandado de Segurança, ações de controle concentrado (ADIN genérica, por omissão, ação declaratória de constitucionalidade e arguição por descumprimento de preceito fundamental), Ação Popular, Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Reclamação Constitucional.	

DIREITO PROCESSUAL PENAL I	
CÓDIGO: J3614	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará o estudo aprofundado sobre a introdução ao direito processual penal, princípios processuais penais, as garantias processuais penais, como direitos humanos de primeira geração, o inquérito policial, prisão em flagrante, liberdade provisória, prisão temporária, prisão preventiva, ação penal, ação civil ex delicti, sujeitos do processo e competência.	

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	
CÓDIGO: JP414	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina possibilitará ao aluno o estudo sobre cumprimento de sentença e o processo de execução e suas peculiaridades previstas no Código de Processo Civil.	

DIREITO CIVIL V (FAMÍLIA)	
CÓDIGO: JZ414	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina enfatizará as normas e princípios gerais do direito de família, sob o enfoque constitucional que o legislador lhe deu, em especial ao casamento, sua celebração, efeitos que dele decorrem, os diversos regimes de bens e forma de dissolução; O parentesco, a união estável e as famílias monoparentais, os alimentos e o direito assistencial. As discussões acompanharão e considerarão os aspectos relacionados à garantia da igualdade e da proibição de preconceito nas relações de família.	

DIREITO PENAL V	
CÓDIGO: JZ514	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina estudará as principais leis extravagantes, Lei de Execução Penal, Lei Maria da Penha, Lei de Drogas, Lei de Armas, Código de Trânsito Brasileiro, Crimes Contra a Ordem Econômica e Tributária, Crimes Contra as Relações de Consumo e Crimes Ambientais, consideradas, ainda, a evolução do direito de família no Brasil e a eliminação de diferenças e preconceitos.	

DIREITO ADMINISTRATIVO II	
CÓDIGO: JZ614	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará os institutos, mecanismos e conceitos específicos de direito público, aplicáveis nas relações jurídicas onde o Estado participa. Seu caráter é de determinar os institutos específicos do Direito Administrativo, ao tempo em que leva à compreensão indispensável dos princípios e procedimentos que nortearão as ações da gestão pública, utilizando as abordagens jurídica, humanística e ética. Considerando a dimensão do Direito Ambiental, a disciplina abordará a responsabilidade ambiental do Estado e da administração pública indireta. E, diante da necessidade de respeito ao princípio da igualdade, será apresentado e discutido o tema das “quotas para minorias em concursos públicos”, como reconhecimento à discriminação sofrida e necessidade de resgate da dignidade dos povos afro-indígenas.	

11.8. OITAVA ETAPA

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

CÓDIGO: TH613

CARGA HORÁRIA: 33 H/A

EMENTA

A disciplina introduzirá o aluno na pesquisa, enfocando aspectos teóricos e práticos do processo de criação científica no campo do conhecimento jurídico. Aborda as noções gerais da pesquisa, seus métodos e instrumentos, tratando do problema, das hipóteses, da justificativa e objetivos, do levantamento dos dados e da elaboração final do projeto.

DIREITO CIVIL VI (SUCESSÕES)

CÓDIGO: EB214

CARGA HORÁRIA: 67 H/A

EMENTA

A disciplina abordará os princípios que regem o direito sucessório, as espécies de sucessão, as regras inerentes à transmissão de propriedade, a intervenção da vontade como forma de transmissão desses direitos, bem como a garantia de igualdade de filhos e proibição de privilégios no direito sucessório.

DIREITO FINANCEIRO

CÓDIGO: EB314

CARGA HORÁRIA: 33 H/A

EMENTA

A disciplina estudará a atividade financeira do Estado, Ciência das finanças e direito financeiro, Receitas públicas, Despesas públicas, Fiscalização financeira e orçamentária, Lei de Responsabilidade Fiscal, Tribunal de Contas e Crédito Público.

MEDICINA FORENSE

CÓDIGO: EB414

CARGA HORÁRIA: 33 H/A

EMENTA

A disciplina proporcionará ao futuro bacharel em Direito a capacidade de valorizar os fenômenos jurídico-sociais, entender e atuar ante as questões médico-legais inseridas nos textos legais e assumir uma postura ética com responsabilidade social e profissional, reconhecendo, neste contexto, a importância dos direitos humanos.

ORIENTAÇÃO PRÁTICA JURÍDICA IV**CÓDIGO: EB514****CARGA HORÁRIA: 60 H/A****EMENTA**

A disciplina ofertará ao aluno orientação para a elaboração de peças jurídicas de Direito Penal, proporcionando ao discente o Processo Simulado Penal, através do qual se tem toda a visão do procedimento, como real fosse, com cumprimento de prazos, audiências, publicações de atos oficiais, entre outros. Serão elaboradas peças práticas, tais como tais como inquérito policial, relaxamento de prisão em flagrante, liberdade provisória, denúncia, defesa preliminar, super-audiência-produção de provas, audiências de instrução, debates e julgamento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II**CÓDIGO: J3714****CARGA HORÁRIA: 67 H/A****EMENTA**

A disciplina, a partir dos conhecimentos obtidos nas etapas anteriores, estudará a prova penal, com abordagem de sua teoria geral e provas em espécies; dos procedimentos, analisando a teoria aplicável e os principais deles; a sentença penal, com sua teoria e peculiaridades relativas ao processo penal; as nulidades, relativamente à teoria e regramento legal; finalizando com o estudo da revisão criminal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL V**CÓDIGO: JP514****CARGA HORÁRIA: 67 H/A****EMENTA**

A disciplina abordará o processo de cautelar e os procedimentos especiais. Inicia-se pelo estudo da parte geral do processo cautelar e a seguir a parte especial. Após estuda-se os procedimentos especiais regulados no Código de Processo Civil e alguns procedimentos especiais de leis extravagantes.

11.9. NONA ETAPA

DIREITO FALIMENTAR	
CÓDIGO: EB614	CARGA HORÁRIA: 67H/A
EMENTA	
A disciplina oportunizará o conhecimento e o envolvimento do aluno, em programa de estudo crítico-reflexivo, com as premissas relacionadas ao Direito Falimentar e à recuperação judicial e extrajudicial de empresas, incluindo as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP).	

DIREITO AMBIENTAL	
CÓDIGO: EB714	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará os conceitos e princípios gerais do direito ambiental; a legislação nacional de âmbito federal, estadual e municipal; a visão sistêmica e panorâmica do Direito Comparado e do Direito Internacional do Meio Ambiente, bem como, a relevância da educação ambiental para a tutela ao meio ambiente, enquanto garantia fundamental e a sua relevância para a sociedade contemporânea, e, também, a proteção do meio ambiente em reservas indígenas e terras quilombolas.	

DIREITO PROCESSUAL PENAL III	
CÓDIGO: EB814	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará a teoria geral dos recursos, os recursos em espécie. Paralelamente aos recursos, o acadêmico será levado a conhecer os remédios constitucionais frequentemente utilizados no processo penal - o habeas corpus, o mandado de segurança, incluindo-se a revisão criminal. Finalmente, a disciplina cuida da execução penal, destacando as suas principais peculiaridades.	

DIREITO SEGURIDADE SOCIAL	
CÓDIGO: ED114	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina tratará dos antecedentes históricos da seguridade social e, ainda: relação entre seguridade social, economia e Estado. Direito da seguridade social: conceito, denominação e divisão. Fontes, interpretação e integração. Princípios da seguridade social. Fontes de custeio da seguridade social. Contribuições sociais: natureza jurídica e contribuintes. As contribuições dos segurados. O crédito da seguridade social. Questões penais relacionadas ao direito da seguridade social. Benefícios e beneficiários da previdência social. Assistência social, considerando os instrumentos previdenciários de proteção aos excluídos e às minorias, objetivando promover a defesa dos direitos humanos, enquanto medida de inclusão social.	

ORIENTAÇÃO DO TCC	
CÓDIGO: ED214	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina orientará o desenvolvimento da pesquisa científica e a transmissão dos conhecimentos adquiridos por meio dela, enfocando aspectos teóricos e práticos, no campo do conhecimento jurídico. Aborda os métodos e instrumentos para elaboração do trabalho científico, tratando da difusão dos resultados obtidos por meio da elaboração final da Monografia Jurídica. O desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso conta com ainda com orientação temática dada as especificidades dos temas escolhidos.	

ORIENTAÇÃO PRÁTICA JURÍDICA V	
CÓDIGO: ED314	CARGA HORÁRIA: 60 H/A
EMENTA	
A disciplina orientará o aluno para a elaboração de peças jurídicas trabalhistas, tais como reclamação trabalhista, resposta do réu, embargos declaratórios, recursos ordinários. O aluno participará dos Processos Simulados, bem como cumprirá a Atividade Real, que consiste na prática de atividades jurídicas no Escritório de Assistência Jurídica (EAJ).	

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	
CÓDIGO: JI714	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina introduzirá o aluno no Direito Processual do Trabalho. Conflitos trabalhistas e suas soluções. Conceito e autonomia do Direito Processual do Trabalho. Fontes e princípios do Direito Processual do Trabalho. Organização e competência da Justiça do Trabalho. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades. Partes, representação, procuradores e terceiros.	

11.10. DÉCIMA ETAPA

DIREITO INTERNACIONAL	
CÓDIGO: D1314	CARGA HORÁRIA: 67H/A
EMENTA	
A disciplina abordará os seguintes aspectos do Direito Internacional Público: conceitos, fontes, princípios e fundamentos. Sociedade Internacional. Órgãos de relações exteriores. Tratados Internacionais. Organizações Internacionais. Conflitos Internacionais. Nas discussões de tais aspectos, a disciplina considerará a tutela ao meio ambiente consignado nos tratados, convenções e acordos internacionais; a história, relevância, garantia e proteção aos direitos humanos por parte das organizações, consubstanciados em instrumentos internacionais, observando a proteção às minorias e povos tradicionais. E os seguintes itens do Direito Internacional Privado: conceitos, fontes e elementos de conexão. Contratos internacionais. Condição jurídica do estrangeiro. Vistos e trânsito internacional de civis. No estudo dos respectivos conceitos e elementos do Direito Internacional Privado, serão consideradas as normas internacionais voltadas à proteção e defesa dos bens e serviços ambientais, aplicadas nas relações comerciais internacionais.	

DIREITO TRIBUTÁRIO	
CÓDIGO: D1414	CARGA HORÁRIA: 67 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará os seguintes itens: Obrigação tributária. Fato gerador. Sujeitos: ativo e passivo. Crédito tributário. Suspensão da exigibilidade. Extinção da obrigação tributária. Exclusão do crédito tributário. Administração tributária. Garantias e privilégios do crédito tributário. Procedimento administrativo tributário. Processo judicial tributário. Direito penal tributário. A disciplina deverá considerar os Instrumentos legais tributários enquanto formas de proteção e defesa do meio ambiente, objetivando, também, promover o interesse dos particulares e contribuintes para práticas empresariais sustentáveis, com ampliação dos incentivos fiscais e das concessões por parte do Estado.	

DIREITOS HUMANOS	
CÓDIGO: D1514	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará as noções preliminares de Direitos Humanos, Tratados Internacionais, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Tribunal Penal Internacional. Direitos e Garantias constitucionais, os Remédios Constitucionais. Direitos Sociais, Nacionalidade e Direitos Políticos. Diversidade Étnico-racial e interação entre os direitos humanos e o meio ambiente.	

DIREITO DO CONSUMIDOR	
CÓDIGO: EC514	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará o Direito do Consumidor como ciência jurídica, com método e objeto próprios, numa visão de microssistema jurídico consumerista. Nessa proposta, estuda os conceitos e princípios gerais do Direito do Consumidor, seu objeto, fontes, conteúdo, Direito Comparado e Direito Internacional do Direito do Consumidor, bem como serão abordados os aspectos do consumo responsável e da proteção ao meio ambiente, diante das práticas de consumo por parte do consumidor, a fim de refletir sobre o atual sistema de produção e consumo e discutir a função do direito enquanto estratégia para a sustentabilidade.	

ORIENTAÇÃO PRÁTICA JURÍDICA VI	
CÓDIGO: ED414	CARGA HORÁRIA: 60 H/A
EMENTA	
A disciplina orientará o aluno na elaboração de peças jurídicas, bem como dará continuidade a "atividade real", através do qual o aluno obterá a visão completa do procedimento trabalhista, cível e penal, com o exercício efetivo do trabalho junto ao Poder Judiciário, com cumprimento de prazos, audiências, verificação de publicações de atos oficiais, entre outras. Na área trabalhista o aluno elaborará peças de Reclamação Trabalhista, Contestação, Reconvencção, Embargos Declaratórios, Embargos à execução, Agravo de Instrumento, Embargos à Execução, Impugnação e Embargos de Terceiro, Agravo de Petição, Mandado de Segurança, Ação Rescisória e Agravo Regimental. Na área cível o aluno irá elaborar peças jurídicas, petição inicial, apelação, agravo de instrumento e agravo retido, embargos de declaração e embargos infringentes, recurso especial e extraordinário. Na área criminal o aluno elaborará peças jurídicas de relaxamento de prisão em flagrante, liberdade provisória, queixa crime, defesa preliminar, memorial, apelação, embargos, recursos extraordinário e especial, habeas corpus, mandado de segurança, revisão criminal, agravo em execução, livramento condicional e progressão de regime prisional.	

ÉTICA PROFISSIONAL	
CÓDIGO: JK214	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina, com uma reflexão crítico-valorativa e sob os enfoques: humanístico, político e jurídico estudará as funções essenciais à administração da justiça brasileira sob o ponto de vista constitucional. Examina o exercício da advocacia sob o prisma da Constituição Federal de 1988, histórico e a Ordem dos Advogados do Brasil visto quanto a sua natureza jurídica e organização. Trata do estudo do Estatuto da Ordem dos Advogados no Brasil, abordando os direitos, infrações disciplinares, sociedade de advogados, relações com o cliente, publicidade, honorários, bem como aborda o estudo do Código de Ética da OAB. E, ainda, aborda a prática profissional, considerando a ética ambiental.	

DIREITO ADUANEIRO	
CÓDIGO: JS214	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina analisará o direito aduaneiro e o direito do comércio internacional, buscando situar o sistema aduaneiro dentro do cenário do direito, promovendo assim o estudo da matéria com uma visão crítica, capaz de se discernir as soluções diante dos problemas jurídicos contemporâneos.	

OUTROS DIREITOS	
CÓDIGO: JZ914	CARGA HORÁRIA: 33 H/A
EMENTA	
A disciplina abordará o estudo aprofundado do Estatuto da Criança e do Adolescente, com ênfase nos direitos fundamentais, com base nos direitos humanos e com reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros e dos indígenas. Abordará, ainda, a política de atendimento, as medidas de proteção e pertinentes aos pais e responsáveis, a prática do ato infracional, o acesso à justiça e, por fim, os crimes e infrações administrativas.	

LIBRAS - OPTATIVA	
CÓDIGO: VV190	CARGA HORÁRIA: 40 H/A
EMENTA	
A disciplina estudará as singularidades do sujeito surdo e as relações com o processo pedagógico. Aspectos históricos da surdez e da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos básicos da Língua Brasileira de Sinais: prática. A modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas: fundamentos e métodos.	

12. METODOLOGIA DOS PERFIS E PRÉ-REQUISITOS

Visando à consecução da interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática, o Curso é modulado em três perfis, de forma que o aluno somente poderá se matricular em disciplinas do perfil imediatamente posterior, após a conclusão de todas as disciplinas do perfil anterior.

Para efeito deste Projeto, perfil é considerado o conjunto de conhecimentos (e não de disciplinas), habilidades e atitudes, selecionado de forma a contemplar conceitos nucleares trabalhados em todas as disciplinas, guardadas as especificidades de cada uma.

Com tal metodologia, o acadêmico não deve construir o conhecimento por meio de disciplinas, mas, sim, pelo domínio integral dos conceitos fundamentais e habilidades desenvolvidas pelo esforço de trabalho em cada disciplina e no seu conjunto.

Todas as disciplinas, de forma integrada, devem buscar o desenvolvimento das seguintes habilidades:

- Leitura compreensiva;
- Interpretação;
- Iniciativa e decisão;
- Aplicação de princípios e normas em situações diversas;
- Análise e julgamento de casos simulados.

12.1 PERFIL INICIAL DO CURSO

O Perfil Inicial do Curso é atingido com a conclusão de todas as disciplinas que integram as quatro primeiras etapas do curso.

Ao final do Perfil Inicial, o aluno deverá ter o domínio dos conhecimentos fundamentais das disciplinas de formação humanística complementares ao Direito, conhecer os fundamentos da teoria do Direito, com competência para:

- Produzir textos de natureza científica;
- Redigir textos jurídicos.

Assim, por intermédio do contato com a pesquisa científica, do estímulo aos estudos literários, da correta interpretação e produção de textos e do exercício do raciocínio crítico, o aluno deve demonstrar visão histórica, filosófica, estrutural e humanista do Direito, fundada em sólida postura ética, consciência política e clara noção de cidadania.

O aluno que estiver reprovado em mais de três (03) disciplinas das quatro primeiras etapas, quaisquer que sejam elas, não poderá passar para o Perfil Intermediário e não poderá matricular-se na 5ª etapa do Curso. Até o limite de três reprovações ou disciplinas não cursadas, a matrícula na 5ª etapa pressupõe a matrícula, também, em tais disciplinas, que deverão ser cumpridas ao longo da 5ª e 6ª etapa. Casos excepcionais deverão ser analisados pelo Colegiado, coordenação de curso e coordenação da Divisão de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE).

A adoção de tal exigência se justifica porque, não obtendo a aprovação integral em todas as disciplinas do Perfil Inicial, o aluno ainda não atingiu as habilidades e competências necessárias para cursar as disciplinas do Perfil Intermediário.

Neste perfil o aluno iniciará sua formação com a aplicação dos conteúdos sobre Educação Ambiental, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Educação em Direitos Humanos, realizados de forma transversal e interdisciplinar nas disciplinas das quatro primeiras etapas.

12.2 PERFIL INTERMEDIÁRIO DO CURSO

O Perfil Intermediário abriga as disciplinas que compõem a estrutura dogmática do Direito, que devem ser ministradas até o final da 8ª etapa.

Para concluir o Perfil Intermediário, o aluno deverá possuir visão interdisciplinar do Direito, com visão orgânica dos institutos do Direito Público e Privado, além de perfeitas condições de integração da teoria com a prática, com competências para:

- Elaboração de petições iniciais;
- Arrazoados;
- Memoriais;
- Decisões processuais;
- Sustentações orais.

O aluno estará impedido de acessar o Perfil Final e não poderá matricular-se na 9ª etapa do Curso se estiver reprovado em mais de três (03) disciplinas das etapas que compõem o Perfil Intermediário (5ª a 8ª etapas), salvo as hipóteses excepcionais, aprovadas pelo Colegiado de Curso, tendo em vista a formação individual do aluno, que deve contemplar, ao menos, a base da formação humanística e de conhecimentos específicos em cada área de atuação do Direito.

Existindo até três reprovações ou disciplinas não cursadas do Perfil Intermediário, a matrícula na 9ª etapa pressupõe a matrícula cumulativa nas disciplinas do perfil imediatamente anterior.

Matriculado na 9ª etapa, mas com reprovações anteriores, o aluno deverá, necessariamente, cumprir essas disciplinas do Perfil Intermediário na própria 9ª etapa, sob pena de não poder se matricular na 10ª e última etapa do Curso, salvo as hipóteses excepcionais, tendo em vista a formação individual do aluno, que deve contemplar, ao menos, a base da formação humanística e de conhecimentos específicos em cada área de atuação do Direito.

Neste perfil o aluno continuará a sua formação, considerando os conteúdos transversais e interdisciplinares nas etapas 5ª a 8ª, com a aplicação dos conteúdos sobre Educação Ambiental, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Educação em Direitos Humanos.

12.3 PERFIL FINAL DO CURSO

O Perfil Final, composto pelas etapas 9ª e 10ª, além de englobar algumas disciplinas dogmáticas do Curso, contempla as especializações do Direito, que permitem a sua contextualização regional, com a abordagem de disciplinas específicas em relação às necessidades da formação para o mercado de trabalho.

A matrícula na 9ª etapa do curso pressupõe a aprovação em todas as disciplinas do perfil inicial e intermediário.

Existindo reprovação ou pendência em uma disciplina, será possível a matrícula na 9ª etapa, desde que o aluno curse simultaneamente a referida disciplina pendente.

É vedado ao aluno cursar antecipadamente disciplinas do perfil final (9ª e 10ª etapas), com reprovações ou pendências de disciplinas dos perfis anteriores.

Ao final da 10ª etapa, ou seja, ao término do Curso, o aluno deverá enquadrar-se no **PERFIL FINAL DO EGRESSO**, de tal forma que, ao iniciar-se profissionalmente, possua formação humanística e jurídica suficientemente sólida para atuação em qualquer das carreiras jurídicas ou prosseguimento em cursos de pós-graduação.

O concluinte do Curso deve possuir condições de compreender o fenômeno jurídico e se posicionar diante dele. Assim, redige com desenvoltura manifestações processuais, atos legislativos e administrativos, além de sustentações orais de temas jurídicos.

O referido perfil pressupõe a aptidão para atuar nas principais áreas do Direito, seja no contencioso público e privado, na atividade de consultoria, na assessoria legislativa ou na elaboração de pesquisas científicas, em virtude de formação genérica de cunho humanista, com pleno domínio da língua, cultura geral, espírito crítico, consciência política, étnico-racial, ambiental e direitos humanos, postura ética e sólidos conhecimentos técnico-jurídicos, com competência para:

- Patrocinar defesas;
- Patrocinar iniciativas processuais;
- Atuar como fiscal da lei;
- Atuar como agente de decisão;
- Atuar como consultor;
- Atuar na condução de investigações.

12.4 DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS E ATIVIDADES DO CURSO POR PERFIS

12.4.1 PERFIL INICIAL

O Perfil Inicial do curso é composto por disciplinas e atividades correspondentes ao eixo de formação fundamental previsto nas Diretrizes Nacionais para Cursos de Direito.

Na forma disciplinada neste projeto, o Perfil Inicial do Curso de Direito da UNAERP é composto pelas seguintes disciplinas e atividades.

Primeira Etapa	CH	Segunda Etapa	CH
Questões Contemporâneas	67	Teoria Geral do Processo I	33
Sociedade e Cultura	67	Atividades Complementares II	80
Filosofia Geral	67	Filosofia do Direito I	67
Leitura e Produção de Textos	67	Teoria Geral do Direito I	67
Psicologia	33	Introd. ao Estudo do Direito	67
Atividades Complementares I	80	Teoria do Estado	67
Metodologia Científica	40	Economia	33

Terceira Etapa	CH	Quarta Etapa	CH
Filosofia do Direito II	33	Direito Civil II (Contratos)	67
Teoria Geral do Direito II	33	Direito Processual Civil I	33
Teoria Geral do Processo II	33	Atividades Complementares IV	80
Direito Civil I (Obrigações)	67	Direito Penal II	67
Atividades Complementares III	80	Direito Constitucional II	67
Direito Penal I	67	Direito Empresarial I	67
Direito Constitucional I	67		

12.4.2 PERFIL INTERMEDIÁRIO

A segunda fase do Curso, intitulada “Perfil Intermediário” abriga a maioria das disciplinas que compõem a estrutura dogmática do Direito, ministradas até o final da 8ª etapa.

O Perfil Intermediário é constituído pelas seguintes disciplinas e atividades.

Quinta Etapa	CH	Sexta Etapa	CH
Direito Trabalho I	67	Direito Administrativo I	67
Direito Civil III (Reais I)	67	Orientação Prática Jurídica II	60
Direito Constitucional III	33	Direito Penal IV	67
Orientação Prática Jurídica I	60	Direito Processual Civil III	67
Direito Processual Civil II	33	Direito Civil IV (Reais II)	67
Direito Penal III	67	Direito Do Trabalho II	33
Direito Empresarial II (Tít. Cr)	67		

Sétima Etapa	CH	Oitava Etapa	CH
Orientação Prática Jurídica III	60	Metodologia da Pesq. Científica	33
Direito Processual Penal I	67	Direito Civil VI (Sucessões)	67
Direito Processual Civil IV	67	Direito Financeiro	33
Direito Civil V (Família)	67	Medicina Forense	33
Direito Penal V	33	Orientação Prática Jurídica IV	60
Direito Administrativo II	67	Direito Processual Penal II	67
		Direito Processual Civil V	67

12.4.3 PERFIL FINAL

O Perfil Final do curso abrange conteúdo preferencialmente profissionalizante e é composto pelas seguintes disciplinas e atividades:

Nona Etapa	CH	Décima Etapa	CH
Direito Falimentar	67	Direito Internacional	67
Direito Ambiental	33	Direito Tributário	67
Direito Processual Penal III	67	Direitos Humanos	33
Direito Seguridade Social	33	Direito do Consumidor	33
Orientação do TCC	33	Orientação Prát. Jurídica VI	60
Orientação Prát. Jurídica V	60	Ética Profissional	33
Direito Processual do Trabalho	67	Direito Aduaneiro	33
		Outros Direitos	33
		Libras – Optativa	40

13. FORMAS DE APLICAÇÃO DOS CONTEÚDOS E DESENVOLVIMENTO DAS AULAS TEÓRICAS

As disciplinas que compõem a parte teórica do Curso de Direito são ministradas em sala de aula, com um limite de quatro horas/aula por dia, com 50 minutos cada hora/aula.

As aulas são ministradas por professores integrantes do quadro regular da Universidade, com a utilização de exposições, demonstrações, análises de textos, análises de autos, análise de jurisprudência, seminários, leitura dirigida e outros procedimentos didaticamente recomendáveis.

Como forma de otimizar o ensino de graduação, o professor prioriza o estudo de casos, preferencialmente com o auxílio de autos findos, visando propiciar condições de integração da teoria com a prática.

Da mesma forma, cabe ao professor propor atividades em equipe que exercitem e desenvolvam a capacidade de atuação profissional.

Quando do uso de recursos audiovisuais, os professores fazem uso de salas munidas de equipamentos de multimídia.

O trabalho integrado de ensino é realizado por meio de reuniões pedagógicas de planejamento e de avaliação com o corpo docente dos professores integrantes da área de concentração, com vistas ao estabelecimento de procedimento e metas.

No caso de disciplinas semipresenciais, a forma de aplicação dos seus conteúdos obedecerá ao disposto nesse item.

Desde já, importa ressaltar que a utilização de tal metodologia se justifica diante da necessidade de exploração do potencial das tecnologias na educação, propiciando ao aluno uma experiência educacional diversa e complementar àquela experimentada presencialmente.

Na hipótese de oferta de disciplinas semipresenciais, devem ser realizados encontros presenciais obrigatórios, com periodicidade mínima quinzenal e máxima mensal.

Durante a ministração das disciplinas semipresenciais, o aluno deve receber atendimento personalizado, por docentes capacitados, como forma de transcender o mero ensino, propiciando a produção de conhecimentos, valendo-se da aprendizagem colaborativa e cooperativa e do diligente processo de reflexão sobre a intervenção na realidade ao qual o aluno se vê inserido.

Cada uma das disciplinas semipresenciais deve possuir um “guia da disciplina”, com detalhamento de sua organização, metodologia e critérios para aferição da participação e aproveitamento.

No caso de disciplinas semipresenciais, há o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que é o espaço de trabalho capaz de propiciar o desenvolvimento do ensino acompanhado a distância. Tal ambiente deve garantir a interação entre alunos e professores, com comunicação assíncrona e síncrona.

Além do AVA, os alunos devem ter acesso aos docentes por via eletrônica ou presencialmente, de acordo com as necessidades determinadas por ambas as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem.

O docente de disciplinas semipresenciais deve atuar de forma diferenciada, para a construção dos conhecimentos, em níveis individual e coletivo, voltando-se para o desenvolvimento do espírito científico, de habilidades e atitudes, no sentido de concorrer para a formação do perfil final do egresso do curso.

A utilização da metodologia e a sua consequente interação, deve colaborar para romper o paradigma tradicional de mera transmissão de conteúdos, visando a ressignificação e a construção colaborativa do conhecimento.

As disciplinas semipresenciais devem ser utilizadas para estimular a visão crítica e interdisciplinar, além da formação cidadã dos alunos.

14. A INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO

A estruturação do Curso de Direito da UNAERP, sob o modelo de perfis, facilita a interação e a interdisciplinaridade, permitindo aos docentes e discentes o trânsito de uma a outra disciplina para atividades integradas no Curso.

Para fins de realização da interdisciplinaridade, os professores de cada perfil devem se reunir periodicamente para discutir os conteúdos e a forma como são trabalhados, o que possibilita a comunicação e complementação entre as disciplinas. A adequação dos conteúdos de vários perfis entre si é discutida em reunião plena.

Nas avaliações periódicas, todos os professores analisam os questionamentos que envolvam os conhecimentos interdisciplinares ministrados, segundo orientação do Núcleo Docente Estruturante, ouvidos os professores responsáveis dos núcleos, quando for o caso.

Em todo o desenvolvimento do curso, a preocupação com a interdisciplinaridade é constante nos trabalhos de Atividades Complementares e naqueles propostos pela prática simulada.

Na Monografia Jurídica, há, também, orientação para que o aluno tenha um enfoque multidisciplinar.

Igualmente, a manutenção da metodologia de perfis contempla, em sua essência, a interdisciplinaridade; conjunto de conhecimentos (e não de disciplinas), habilidades e atitudes. Os conteúdos são selecionados de forma a contemplar conceitos nucleares trabalhados em todas as disciplinas, guardadas as especificidades de cada uma.

Objetivando consubstanciar a interdisciplinaridade, os docentes são permanentemente orientados quanto à necessidade de abordagem dos conteúdos conexos próximos de cada disciplina, como forma de permitir a formação de uma visão holística do direito.

Assim, o acadêmico não constrói o perfil por disciplina, mas sim o domínio integral dos conceitos fundamentais e habilidades desenvolvidas consequentemente em dada disciplina e no seu conjunto.

14.1 INTEGRAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

A integração entre a teoria e a prática no Curso de Direito da UNAERP é uma decorrência lógica dos paradigmas de implantação de um curso para a formação de profissionais aptos a compreender e dar solução aos problemas da comunidade onde atuam.

Dessa forma, o Núcleo Ensino Prático (NEP) procura enfatizar nas tarefas propostas, não só os aspectos prático-formais, mas a fundamentação teórica neles apresentada, ressaltados os aspectos éticos. Os trabalhos desenvolvidos no NEP versam sobre conteúdos estudados pelos alunos naquele semestre.

No ensino teórico, por sua vez, a prática é privilegiada com a apresentação de casos para debates, pesquisas de decisões e acompanhamentos da matéria ministrada com análise de autos findos.

As avaliações das disciplinas teóricas envolvem conteúdos práticos ministrados naquela etapa ou em etapas imediatamente anteriores, em tudo aquilo que se relacionar com a disciplina.

Da mesma forma, as avaliações das atividades de Prática Jurídica abordam os conteúdos teóricos ministrados naquela mesma etapa, de forma a propiciar aos alunos condições de aplicar os conhecimentos teóricos em situações de prática jurídica simulada.

14.2 INTEGRAÇÃO ENTRE A PÓS-GRADUAÇÃO E A GRADUAÇÃO

Por ocasião da realização de cursos de Pós-Graduação, *stricto-sensu* e/ou especialização, que visam atender as necessidades de mercado e aperfeiçoamento de egressos do curso e de outras instituições de ensino, há, também, integração da Pós-Graduação com a Graduação.

Os docentes do programa de pós-graduação em Direito devem assumir, sempre que possível, aulas na graduação, como forma de divulgação das pesquisas e atualização do conhecimento.

Os professores do programa de pós-graduação contribuem com as atividades complementares e de extensão proferindo palestras para os discentes e comunidade.

O Núcleo de Pesquisa Fernando Eduardo Lee - NUP deve manter, de forma permanente, grupos de pesquisa, envolvendo Professores da Pós-Graduação e Graduação, além de alunos da Pós-Graduação e também da Graduação.

15. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

15.1 AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS TEÓRICAS

A aprovação do aluno em cada disciplina do Curso, segundo normas vigentes na Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, é conferida pela média ponderada de duas notas: Avaliação Parcial e Avaliação Final. O peso da Avaliação Parcial é 4 (quatro) e o peso da Avaliação Final é 6 (seis). A média para aprovação é 5 (cinco). A fórmula abaixo ilustra o critério para aprovação do aluno:

$\frac{[\text{Nota da Avaliação Parcial}] \times 4 + [\text{Nota da Avaliação Final}] \times 6}{10} \geq 5,0$

A nota da Avaliação Parcial ou da Avaliação Final é constituída por uma nota obtida em uma prova (avaliação cognitiva) e por notas conferidas em outras avaliações, a critério do professor, que neste caso deverá considerar o seguinte: a nota da prova (Avaliação Parcial e Avaliação Final) tem valor de 0 (zero) a 8 (oito) pontos e a nota de outras avaliações de 0 (zero) a 2 (dois) pontos. Exceções deverão ser analisadas pelo Colegiado do Curso.

A prova deve ser constituída predominantemente de questões dissertativas, com perguntas abertas (discursivas), podendo conter, a critério do professor, questões de múltipla escolha (objetivas).

A nota de outras avaliações é obtida pela média das notas de trabalhos escritos, seminários, apresentações eletrônicas, pesquisas bibliográficas, lista de exercícios, etc. Nesse item, podem eventualmente ser considerados, também, conceitos envolvendo a participação do aluno em atividades realizadas em classe.

O critério para pontuação da avaliação cognitiva (tipo, quantidade e valor das questões) e das Outras Avaliações (tipo e valores) é de responsabilidade do professor da disciplina.

A Coordenação do Curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante, tendo em vista a necessidade de integração entre teoria e prática, interdisciplinaridade e exigências do mercado de trabalho, estabelece critérios orientadores para elaboração de provas e atividades relacionadas com outras avaliações, homologadas pelo Colegiado de Curso.

No caso do Curso realizar avaliações integradas que permita a aplicação da interdisciplinaridade, deverá fazê-las para todos os alunos, com o objetivo de contribuir com a avaliação do discente, bem como do processo de ensino e aprendizado. Nesta hipótese, as notas de tais avaliações poderão ser consideradas para fins de cálculo das médias dos alunos, na forma de regulamentação a ser expedida pelo Colegiado do Curso, após deliberação do Núcleo Docente Estruturante.

15.2 FORMA DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRÁTICA JURÍDICA

A Prática Jurídica é concebida de forma a propiciar aos alunos atividades simuladas, atuação em processos simulados e atividades reais, sendo que todas elas deverão compor a avaliação.

Todas as atividades estão distribuídas em 06 (seis) etapas, da forma seguinte: Orientação Prática Jurídica I, II, III, IV, V e VI, vinculadas às 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª etapas do curso, respectivamente.

Na avaliação das atividades de Prática Jurídica, relativamente aos trabalhos simulados e processos simulados, são avaliadas todas as atividades desenvolvidas pelo aluno, além de uma Avaliação Final realizada semestralmente, para cada atividade.

Será considerado reprovado, independentemente de qualquer avaliação, o aluno que não comparecer ao mínimo de atividades propostas ou deixar de elaborar o número mínimo de peças propostas pelo Núcleo de Ensino Prático (NEP), em qualquer uma das disciplinas de Práticas Jurídicas.

O número de peças, participação em audiências e outros atos processuais, oficinas de prática e outras atividades específicas são definidas no Regulamento do NEP.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver a média 5,0 (cinco) em cada uma das respectivas atividades de Prática Jurídica.

15.2.1 AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRÁTICA JURÍDICA I (5ª ETAPA)

As atividades de Prática Jurídica, nessa fase do curso, avaliam atividades de observação e trabalhos realizados pelo aluno, na forma proposta pelo Núcleo de Ensino Prático (NEP), da seguinte forma:

$$\text{Média das Atividades do Estágio} = \frac{(\text{Média Aritmética dos Trabalhos} \times 4) + (\text{Nota da Avaliação Final} \times 6)}{10}$$

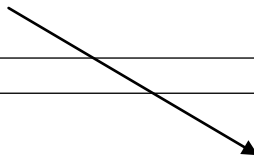
Dessa forma, à avaliação da média aritmética dos trabalhos realizados pelo aluno será atribuído peso 4,0 (quatro), enquanto ao Avaliação Final será atribuído peso 6,0, sendo que a média ponderada de tais avaliações será a nota final do aluno.

15.2.2 AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS PRÁTICAS JURÍDICAS II, III e IV (6ª, 7ª e 8ª ETAPAS)

Essas atividades de Prática Jurídica avaliam as peças elaboradas, além da participação obrigatória do aluno em pelo menos 01 (um) processo simulado (cível, constitucional, criminal e trabalhista), como juiz, promotor ou advogado.

A avaliação de tais atividades é feita da seguinte forma:

$$\text{Média das atividades do Estágio} = \frac{(\text{Média Aritmética dos Trabalhos} \times 4) + (\text{Nota do Processo Simulado} \times 6)}{10}$$


$$\text{Nota Final} = \frac{(\text{Média das atividades do Estágio} \times 4) + (\text{Nota do exame} \times 6)}{10}$$

Assim, a avaliação da média aritmética dos trabalhos realizados pelo aluno

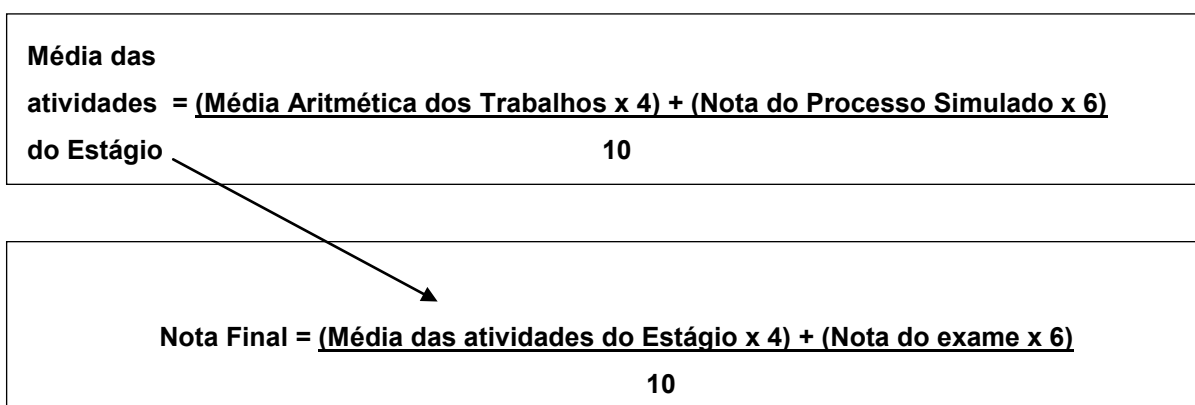
Os trabalhos receberão peso 4,0 (quatro) e o processo simulado peso 6,0 (seis), obtendo-se uma média parcial.

A média parcial receberá, novamente peso 4,0 (quatro) e será somada à nota do exame, com peso 6,0 (seis), sendo que, das duas, será extraída a média ponderada final.

15.2.3 AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS PRÁTICAS JURÍDICAS V e VI (9ª e 10ª ETAPA)

Além das atividades de estágio simulado consideradas nas etapas anteriores, essas duas Práticas Jurídicas avaliam as atividades de Estágio Real (Estágio Supervisionado). E, ainda, na atividade Prática Jurídica VI serão feitas peças práticas sob orientação do professor nas áreas de processo cível, processo penal e processo trabalhista.

O cálculo da avaliação final dessas duas atividades é feito da seguinte forma:



receberá peso 4,0 (quatro) e a avaliação da participação em atividades reais, peso 6,0 (seis), obtendo-se uma média parcial.

A média parcial receberá, novamente, peso 4,0 (quatro) e será somada à nota do exame, com peso 6,0 (seis), sendo que, das duas, será extraída a média ponderada final.

16. CONCEPÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRÁTICA JURÍDICA CURRICULAR E O NÚCLEO DE ENSINO PRÁTICO (NEP)

O Núcleo de Ensino Prático (NEP) é órgão permanente do Curso de Direito da Universidade de Ribeirão Preto, Campus Guarujá, e é responsável por todas as Atividades Complementares e de Orientação Prática Jurídica.

A responsabilidade do Núcleo de Ensino Prático (NEP) está a cargo de um dos professores do Curso, que exerce a função de Supervisor, e, também, sob a orientação do Coordenador do Curso, que delibera atribuição da orientação de prática jurídica aos professores de áreas profissionais específicas de cada ramo do Direito.

As atividades de observação, práticas simuladas e práticas reais são desenvolvidas dentro da atividade denominada Orientação Prática Jurídica e executadas em obediência às disposições do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A Orientação Prática Jurídica é desenvolvida nas seis últimas etapas do Curso e consta de atividades práticas, incluindo redação de peças processuais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas a órgãos judiciários e correlatos, prestação de assistência judiciária e técnicas de negociação coletiva, arbitragem e conciliação, tudo sob o controle, orientação e avaliação no Núcleo de Ensino Prático (NEP).

As atividades previstas são desenvolvidas em três fases diferentes, assim divididas:

- Atividades simuladas de observação, obrigatórias na 5ª (quinta) etapa do Curso, como visitas técnicas;
- Processos simulados, obrigatórios nas 6ª (sexta), 7ª (sétima) e 8ª (oitava) etapas e;
- Atividades reais, obrigatórias nas 9ª e 10ª etapas do Curso.

ATIVIDADES SIMULADAS

A Prática Jurídica I (5ª etapa) objetiva o desenvolvimento do aluno para compreender as atividades realizadas em audiências judiciais (criminais, trabalhistas e cíveis), e contempla:

- O comparecimento em audiências de instrução, debates e julgamento, do procedimento ordinário ou sumário;
- O acompanhamento de audiências de júri;
- O acompanhamento de audiências no juizado especial criminal;
- O comparecimento em audiência trabalhista de conciliação;
- O acompanhamento de audiência trabalhista de instrução e julgamento;
- O acompanhamento de homologação perante o Ministério do Trabalho e sindicato da categoria específica;
- A participação em audiência no Juizado Especial Cível;
- O acompanhamento de audiência de Conciliação no Fórum Cível;
- O comparecimento em audiência no Fórum Cível sob Rito Sumário.

Em conformidade com as especificidades das atividades desenvolvidas nesta etapa, nas aulas teóricas (integrantes do Núcleo de Ensino Teórico - NET), serão ministrados conteúdos que permita o aluno compreender o Procedimento Ordinário, Sumário, o Procedimento de Júri, no âmbito do Juizado Especial Criminal (JECRIM), bem como os procedimentos voltados às ações trabalhistas e cíveis, no âmbito do Juizado Especial Cível, em Conciliação no Fórum Cível, sob o Rito Sumário.

As atividades exigirão a elaboração e entrega de relatórios a serem protocolados no NEP, com envio posterior aos respectivos professores para fins de correção, sendo, depois, devolvidos ao NEP para registro das notas no sistema.

PROCESSOS SIMULADOS

A Prática Jurídica II (6ª etapa) objetiva o desenvolvimento do aluno para elaboração das peças práticas seguintes, no âmbito das audiências simuladas:

- Petição inicial;
- Contestação;
- Réplica;
- Antecipação de tutela;
- Agravo.

Para fins de aprendizagem e desenvolvimento das peças práticas, nesta etapa as aulas teóricas (integrantes do Núcleo de Ensino Teórico - NET) contemplarão todas as atividades relativas ao Processo Simulado, sob a responsabilidade do NEP e do professor que ministra os conteúdos da área específica (criminal, trabalhista ou cível), que ocorrerá com a entrega de casos práticos.

Para isso, cada aluno, antes de protocolar a respectiva peça prática, consulta o professor, para orientação quando da elaboração da mesma, e que, também, autorizará o protocolo da mesma.

As respectivas peças práticas servem para aferição das notas relativas à Avaliação Parcial, sendo aplicado o Exame sobre o que foi elaborado durante o semestre na atividade do processo simulado.

Nas audiências simuladas os alunos exercem atividades relativas ao do advogado do autor e do réu.

A Prática Jurídica III (7ª etapa) tem como objetivo possibilitar ao aluno o enfrentamento e a atribuição de soluções diante de questões cotidianas, através da elaboração das peças práticas seguintes:

- Habeas corpus;
- Habeas data;
- Mandado de segurança;
- Ação popular;
- ADI genérica ou ADPF ou ADC;

- ADIN por omissão ou Mandado de Injunção;
- Recurso Extraordinário ou Recurso Especial.

Para fins de elaboração das respectivas peças, o professor responsável da área específica (criminal, trabalhista ou cível) distribui os casos jurídicos (fictícios) para que o aluno o transforme em ações, nas modalidades acima descritas, que depois são protocoladas no NEP e enviadas ao professor para avaliação.

A Prática Jurídica IV (8ª etapa) objetiva preparar o aluno para as atividades práticas relacionadas ao desenvolvimento da ação judicial em todas as suas fases, sob o ponto de vista das partes: advogado juiz e promotor de justiça, com aulas sobre os seguintes temas e conteúdos práticos, segundo as correspondentes abordagens:

- Noções gerais sobre inquérito policial;
- Noções introdutórias sobre prisão em flagrante;
- Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória com ou sem arbitramento de fiança;
- Aspectos práticos da atuação do advogado em casos de prisão cautelar (flagrante, preventiva, provisória);
- Denúncia – aspectos teóricos e práticos sobre ação penal;
- Questões processuais decorrentes da Ação Penal;
- Defesa preliminar;
- Rito procedimental no processo penal – Sumário, ordinário e Tribunal do Júri;
- Rito procedimental no processo penal – Sumário, ordinário e Tribunal do Júri.

Nas respectivas audiências simuladas os alunos exercem atividades relativas ao do advogado e promotor e o professor as de juiz.

ATIVIDADES REAIS

A Prática Jurídica V (9ª etapa) tem como objetivo permitir o aluno a participação de atividades reais promovidas no Escritório de Assistência Jurídica (EAJ), instalado e mantido pela Instituição, para fins de solucionar questões cotidianas apresentadas pela comunidade local, segundo os seguintes procedimentos, com elaboração de peças voltadas à área trabalhista (processo simulado):

- Redação de reclamações trabalhistas;
- Redação de contestações trabalhistas;
- Redação de recursos trabalhistas;
- Técnicas de negociação coletiva, arbitragem e conciliação.

Nas respectivas audiências simuladas os alunos exercem atividades relativas ao do advogado do reclamante e do reclamado:

A Prática Jurídica VI (10ª etapa) é uma atividade real promovida no Escritório de Assistência Jurídica (EAJ), instalado e mantido pela Instituição, com atendimento jurídico diário (feito por estagiários) com o escopo de preparar o aluno conculinte para atuar profissionalmente, composta de treinamento, elaboração e apresentação de relatórios, peças jurídicas, bem como outros exercícios, segundo as instruções entregues ao aluno, semestralmente, contemplando as seguintes peças:

- Redação de recursos criminais;
- Redação de *habeas corpus*;
- Redação de revisões criminais;
- Técnicas de negociação coletiva, arbitragem e conciliação;

A avaliação de tais atividades é realizada por professores do Núcleo de Ensino Prático (NEP), em atenção à frequência obrigatória em atividades, qualidade dos

trabalhos exigidos e cumprimento dos prazos fixados pelo Núcleo de Ensino Prático (NEP).

REGRAS APLICÁVEIS ÀS PRÁTICAS JURIDICAS

Para o cumprimento das atividades relativas aos processos simulados, os alunos participam, como advogado do autor, advogado do réu, representante do Ministério Público, com o acompanhamento do professor (que exerce a atividades de juiz), em três processos simulados, nas áreas cível, criminal ou trabalhista), elaborando todas as peças, participando de audiências e todos os atos processuais de cada um dos sujeitos, dentro dos prazos processuais fixados em lei.

A participação nas atividades de processo simulado é obrigatória, sendo reprovado automaticamente o aluno que não cumprir tal atividade.

As atividades de Estágio Real desenvolvem-se no Escritório de Assistência Jurídica (EAJ) da Universidade, na prestação de assistência jurídica aos legalmente necessitados (comunidade local), sob a supervisão de um professor-advogado.

Para participar das atividades de Estágio Real, os alunos comparecem no EAJ até o 15º (décimo quinto) dia do primeiro mês do semestre letivo e se inscrevem para tal.

Uma vez inscrito no EAJ, o aluno apresentará comprovante de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil como Estagiário até o final do primeiro mês do semestre letivo no próprio EAJ.

O aluno inscrito no EAJ fica sujeito à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) dos horários agendados, desde que não registre qualquer falta a atos e atividades obrigatórios, salvo se autorizado pelo professor responsável pelo referido Escritório.

Até o final de cada semestre letivo, é feito o acompanhamento e avaliação pelo professor responsável pelo EAJ, em relatório circunstanciado sobre a atuação de

cada aluno, informando sobre a regularidade da inscrição na OAB, frequência e aproveitamento nas atividades desenvolvidas e conceito final relativo à sua atuação.

A participação nas atividades do Estágio Real é obrigatória, sendo reprovado automaticamente o aluno que não cumprir tal obrigação ou não atender às exigências do estágio.

O aluno poderá, ainda, estagiar em escritórios de advocacia credenciados pela OAB, devendo entregar comprovante de inscrição na OAB e declaração de estágio subscrito pelo responsável, para então, após análise do advogado responsável pela EAJ, obter dispensa da atividade real, no caso o atendimento aos assistidos.

Na hipótese do parágrafo anterior, o aluno deverá apresentar ao NEP, até o 15º (décimo quinto) dia do último mês do semestre letivo, ficha de avaliação devidamente preenchida, além de cinco peças processuais subscritas por ele mesmo e comprovantes de participação em três audiências. Para isso, o aluno deverá apresentar as peças, por meio de requerimento junto ao Multiatendimento, que serão encaminhadas ao EAJ, para serem avaliados pelo professor responsável pelo EAJ, que verificará se está tudo correto, arquivando na pasta do aluno para posterior avaliação.

Serão admitidos, também, estágios profissionais realizados perante o Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias da União, Estados e Municípios e outros órgãos públicos onde sejam desenvolvidas atividades afetas ao Direito.

As atividades do Estágio Real são dispensadas nos casos de exercício de função incompatível com a advocacia, tais como: policial civil, federal ou militar, agente fiscal de renda, auditor do Tesouro Nacional, fiscal do Trabalho, serventuário da Justiça entre outros, nos termos da legislação estadual e federal em vigor.

A avaliação da atividade de Prática Jurídica realizar-se-á através de atribuição de nota aos trabalhos práticos e à prova final. É considerado aprovado o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

A prova final (Exame) realizar-se-á no final do semestre letivo, em data previamente designada pela Coordenação do Curso, cujo conteúdo abrangerá o conjunto das atividades práticas, incluindo atividades de observação, oficinas, peças, técnicas de mediação e arbitragem, análise de autos findos e outras atividades desenvolvidas.

Os trabalhos exigidos para cada uma das atividades constam em relação enviada para os e-mails dos alunos matriculados na disciplina todo início de semestre letivo.

Dessa forma, o aproveitamento em Prática Jurídica pressupõe o cumprimento de atividades de observação, prática simulada, processo simulado e outras atividades simuladas e estágio real divididos em Prática Jurídica I até Prática Jurídica VI, em um total de 360 (trezentos e sessenta) horas, divididas em 60 (sessenta) horas por semestre.

As atividades de prática jurídica curricular previstas neste instrumento serão disciplinadas em regulamento próprio.

17. CONCEPÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares integram o conteúdo extracurricular do Curso de Direito; são obrigatórias, e objetivam a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade de forma permanente e contextualizada, atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do Curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

As Atividades Complementares são distribuídas nas quatro primeiras etapas do Curso, sendo que o aluno deverá cumprir, obrigatoriamente, 80 (oitenta) horas

semestrais, totalizando 320 (trezentas e vinte) horas. Classifica-se entre as atividades solicitadas componentes listados em Atividades obrigatórias e outras atividades, conforme abaixo:

Atividades Obrigatórias

Leitura de três obras clássicas ou contemporâneas, da literatura nacional ou internacional, previamente indicadas pelo Núcleo de Ensino Prático (NEP), com a apresentação das respectivas resenhas, dentro do calendário fixado, sendo que tais atividades corresponderão a um total de 60 (sessenta) horas.

As resenhas devem ser digitadas, com formatação que atenda as normas ABNT, com até duas laudas, de acordo com modelo oferecido pelo Núcleo de Ensino Prático (NEP), entregues e protocoladas em duas vias na Secretaria do NEP, nos prazos estipulados em cada etapa, sendo que uma das vias servirá de comprovante de entrega da atividade.

Após a entrega de cada resenha no prazo fixado, a mesma será submetida à correção pelos professores de Língua Portuguesa da seguinte forma:

- Nos casos em que a resenha atenda aos requisitos exigidos pelos professores de Língua Portuguesa, a mesma receberá parecer favorável (visto) e será lançada como atividade cumprida com a atribuição da respectiva carga-horária;
- Nos casos em que a resenha não atenda aos requisitos mínimos exigidos pelos professores de Língua Portuguesa, o aluno será convocado para correção por meio de lista de convocação fixada nos murais de comunicação do NEP;
- O aluno cuja resenha não for aprovada pelo professor de Língua Portuguesa deverá comparecer ao NEP para a retirada do trabalho, corrigindo-o, com prazo estipulado em 7 dias úteis para novo depósito, podendo o docente ainda optar pela arguição oral caso seja necessário;

- Em qualquer dos casos (correção da resenha e/ou arguição oral) o aluno deverá providenciar o protocolo da resenha corrigida e refeita, acompanhada da anterior, no prazo fixado pelo professor de Língua Portuguesa, para lançamento da carga horária correspondente junto ao NEP.

Outras Atividades Complementares

Para integralização do remanescente da carga horária, o aluno poderá optar pela realização das seguintes atividades: participação em congressos, simpósios, seminários, conferências, realização de monitoria, pesquisa científica, publicação de artigos jurídicos, atividades de representação estudantil no Colegiado do Curso de Direito.

A participação em oficinas propostas, entendidas como cursos intensivos, visam o reforço de conhecimento em determinada área, com carga horária a ser definida pela Supervisão do Núcleo de Ensino Prático, com aprovação do Coordenador do Curso, além da possibilidade de aproveitamento de curso de línguas, informática e participação em projetos sociais e estágio de observação no setor de conciliação.

No decorrer do curso das Atividades Complementares I, II, III e IV o aluno deverá cursar, independente da ordem, os três cursos de extensão do Programa de Educação em Direitos Humanos, Ambiental, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena oferecidos na modalidade EAD, conforme o seguinte:

CURSO 1 – História e cultura afro-brasileira e indígena;

CURSO 2 – Educação Ambiental;

CURSO 3 – Direitos Humanos.

O discente poderá se inscrever e cursar cada um dos três cursos, acessando o link: <https://www5.unaerp.br/course/view.php?id=1817>, com seu *login* e senha usados para o aluno online.

Cada um dos três cursos tem certificação contabilizando 10 horas em atividades complementares, sendo que o aluno poderá cursar apenas um curso dos cursos a cada etapa.

A forma de avaliação e de mensuração da carga horária dessas Atividades Complementares está definida por Resolução do NDE e Colegiado de Curso.

As Atividades Complementares poderão ser substituídas em qualquer etapa pelo Coordenador, após autorização do Colegiado do Curso, desde que relevantes para o aprimoramento da formação dos alunos.

17.1 FORMA DE AFERIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A aferição e controle das Atividades Complementares é atribuição do Núcleo de Ensino Prático (NEP), no qual cada aluno terá uma pasta para arquivamento dos comprovantes das atividades realizadas durante o semestre alocado no Núcleo de Ensino Prático (NEP).

Durante o curso, o aluno deverá cumprir todas as horas de atividades complementares, na forma discriminada.

As atividades complementares são compostas de atividades de leitura e elaboração de resenhas que deverá atender ao modelo proposto, bem como, submetidas para correção por professor responsável pela disciplina, podendo o aluno sanar suas dúvidas em plantões semanais previamente agendados.

A participação em eventos científicos e extracurriculares, também, equivalem a carga parcial para cumprimento de tais atividades, desde que comprovadas.

São consideradas concluídas as atividades com a comprovação, na forma prevista no guia da disciplina, implementado por Resolução do Colegiado do Curso.

No caso de não integralização das Atividades Complementares propostas para uma etapa, o aluno é considerado reprovado e deverá cumprir, na etapa seguinte.

Será considerado aprovado em Atividades Complementares o aluno que cumprir com aprovação, semestralmente, as atividades previstas no guia da disciplina disponibilizado para os alunos via e-mail que apresenta os modelos e regulamentos, obtendo o mínimo de 80 (oitenta) horas contabilizadas.

As atividades complementares definidas neste instrumento serão disciplinadas em regulamento próprio.

18. ESPECIALIZAÇÕES, HABILITAÇÕES E ÊNFASES

Acompanhando a dinâmica da interdisciplinaridade e da aplicação da transversalidade, o Curso de Direito da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP Campus Guarujá objetiva a formação de profissionais generalistas, com formação suficiente para desempenhar atribuições em quaisquer áreas do Direito.

Em constante atualização, este projeto contempla disciplinas específicas, relacionadas com as demandas regionais, o que revela a permanente preocupação com os novos direitos e as novas demandas da sociedade, a partir de ajustes e atualização da matriz curricular e do próprio projeto, como forma de atender essas novas perspectivas.

Assim, o projeto busca a formação de profissional inteirado com as peculiaridades da região e preparado para enfrentar o mercado profissional, sem embargo da sólida formação generalista necessária ao exercício de qualquer atividade profissional relacionada com o Direito. Dentro de um programa de educação continuada, o Curso está apto a oferecer Cursos de Extensão focados nas necessidades regionais, em áreas onde se verifique a correspondente demanda. Desta forma, haverá sempre permanente preocupação com a formação integral e atualizada do aluno, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO TCC (MONOGRAFIA JURÍDICA)

As atividades referentes à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvem-se através da disciplina Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme as determinações regimentais e do Colegiado do Curso de Direito.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo o tratamento escrito de um tema específico, que resulte de investigação científica com o escopo de apresentar contribuição relevante ou original e pessoal às ciências, no âmbito das Ciências Jurídicas, apresentado de acordo com as normas metodológicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as Instruções para Elaboração do Projeto de Pesquisa e do Trabalho de Conclusão de Curso da Instituição.

Com base no aprendizado adquirido na disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, o aluno receberá orientação e desenvolverá, com a supervisão do professor designado pela Coordenação do Curso, o Projeto de Pesquisa Científica, que norteará a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso terá caráter eminentemente didático, como treino e iniciação à investigação científica.

Na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, não se exigirá pesquisa inovadora de nova explicação e interpretação de fatos ou a apresentação de investigação científica com a característica da originalidade. Exigir-se-á, todavia, o rigor científico, que seja pessoal e fruto de reflexão.

Por meio da atividade empregada pela disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno será orientado metodologicamente (sob o aspecto formal e metodológico) e elaborará sua pesquisa, sob a supervisão de um professor (orientador temático) designado pela Coordenação do Curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso é de caráter obrigatório para os alunos do Curso de Direito e constitui pré-requisito para a colação de grau.

Submeter-se-á à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno matriculado no nono semestre, ou o aluno que já tenha concluído todos os créditos do curso de graduação.

Após aprovar o Trabalho de Conclusão de Curso no formato impresso, o Professor Orientador designará Banca Examinadora em documento apropriado.

Após depósito dentro dos prazos estabelecidos pelo Edital de Monografia, de acordo com cronograma previamente estabelecido pela coordenação, acontecerá a defesa, em apresentação pública e com avaliação por banca examinadora, constituída da seguinte forma:

- Orientador;
- Convidado que pertença à área jurídica;
- Professor indicado pela Universidade.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) será disciplinado em regulamento próprio.

20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO AO DISCENTE

20.1 SERVIÇO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO (SEAP)

A partir da década de 1990 novas demandas de competências profissionais surgiram mobilizando universidades a buscar novas abordagens e metodologias de ensino.

Segundo Bassit (2010)¹, essas novas competências podem ser categorizadas em quatro grupos: visão generalista e capacidade de solucionar problemas; compreender e situar-se nas redes de comunicação e informação; capacidade de trabalhar em equipe e capacidade de adaptação às mudanças.

¹ BASSIT, Ana Zahira. O interdisciplinar: olhares contemporâneos. São Paulo: Factash, 2010

A formação acadêmica depende hoje da interdisciplinaridade possibilitando ao aluno uma visão complexa do homem e do mundo para o qual é preciso “reunir, contextualizar, globalizar nossas informações e nossos saberes, buscar, portanto, um conhecimento complexo” (MORIN, 2001, apud, BASSIT, 2010, p.162).

É importante, portanto, que os conhecimentos adquiridos na Universidade perpassem as disciplinas e favoreça o crescimento do indivíduo como um todo em aspectos cognitivos e emocionais.

Desta maneira compreende-se a necessidade de preparar o aluno de forma mais abrangente, inserindo na sua formação além de conhecimentos teóricos e práticos, reflexões que ampliem a visão crítica de mundo e possibilitam e um constante trabalho de autoconhecimento.

O Serviço de Apoio Psicopedagógico – SEAP da UNAERP Campus Guarujá visa atender a estas questões oferecendo ao aluno de forma individual ou em grupos atividades de apoio às dificuldades encontradas em sua jornada universitária.

O principal objetivo do serviço é acolher e orientar o corpo discente possibilitando o desenvolvimento pessoal, profissional e o bom desempenho acadêmico; oferecer um espaço onde possam expor suas dificuldades e angústias durante sua formação.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- O acolhimento e a orientação ao aluno acerca das demandas universitárias que tangem o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional visando a melhoria da qualidade no processo ensino-aprendizagem;
- A mediação no processo de resolução de conflitos fidelizando “As boas práticas acadêmicas e sociais no ambiente universitário”;
- O desenvolvimento das relações interpessoais, autoestima e motivação;
- A orientação profissional, nos quesitos: carreira, ética e postura profissional, comunicação interpessoal, orientações para entrevistas de emprego, elaboração de currículo vitae, dentre outros.

O Serviço de Apoio Psicopedagógico contará com a seguinte metodologia:

- Plantões semanais de atendimento;
- Acolhimento e orientação individual por meio de agendamento espontâneo no NEP ou encaminhamento de coordenações de curso.

20.2 CENTRAL DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTOS

A Central de Benefícios e Relacionamentos, setor criado para melhor atender às necessidades dos estudantes que possuem benefícios e bolsas, tem como principais atividades a orientação, o encaminhamento e o acompanhamento dos alunos beneficiados por programas como FIES, PROUNI, Escola da Família e bolsas institucionais. Os atendimentos são acompanhados e triados por uma assistente social.

20.3 CENTRAL DE ESTÁGIO

A política de estágio da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, campus Guarujá, visa assegurar o cumprimento da Lei nº 11.788/08 de 25 de setembro de 2008, que versa sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior, objetivando estabelecer vínculo permanente com o projeto pedagógico de cada curso e normatizar os procedimentos com relação à sua documentação.

A partir de acompanhamento permanente junto aos alunos, feito por docentes que atuam como supervisores de estágio, a Central de Estágio tem como objetivo intensificar a complementação do ensino e da aprendizagem, a fim de propiciar a integração, em termos de exercício prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Para o atendimento à Lei nº 11.788/08, a Universidade estabelece convênios com as Unidades Concedentes de campos de estágio, realizando a interveniência entre elas e os alunos, através de um termo de compromisso de estágio.

Através da Central de Estágio, órgão ligado à Diretoria de Ensino Pesquisa e Extensão – DEPE, a Universidade acompanha o desenvolvimento dos núcleos e/ou áreas de estágio dos cursos de graduação (Campus Ribeirão Preto e Campus Guarujá) e presta apoio, fornecendo informações às coordenações, bem como aos supervisores de núcleos de estágios.

A Central de Estágio é o órgão que estabelece permanente contato com agentes de integração público e privado, com sistemas de ensino e setores de produção/serviços com a finalidade de favorecer a captação de campos de estágio aos alunos da Instituição. A assessoria jurídica da universidade oferece o respaldo jurídico necessário para um bom funcionamento desse setor. Todo um sistema documental e de funcionamento da Central de Estágio foi estabelecido para a relação inter e extra institucional.

20.4 PROJETOS DE NIVELAMENTO: CINZEL E PAPIRO

20.4.1 PROJETO CINZEL: NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Nos cursos superiores de ensino, especificamente nas instituições particulares, é possível constatar o número cada vez mais significativo de estudantes que chegam com muitas dificuldades para elaboração de um texto, expressá-lo corretamente, respeitando a norma culta.

O Projeto Cinzel, desenvolvido pelo curso de Pedagogia da UNAERP, como o próprio nome sugere, pretende ser uma oportunidade de apropriação dos instrumentos necessários para melhoria da expressão oral e escrita, inserida num contexto artístico e cultural. Trata-se de uma ação ousada sabendo-se do desafio que é tal proposta. No entanto, a UNAERP vem assumindo a responsabilidade de intervir de alguma forma nesta realidade que toca sensivelmente, pois as dificuldades dos alunos expressam a crise que as escolas vêm passando, conforme as discussões que se observa na atualidade.

A UNAERP, como proponente da ação, mais uma vez posiciona-se de forma crítica e solidária em favor da formação humana e cidadã.

Tem como público alvo os alunos dos cursos de graduação oferecidos pela UNAERP Campus Guarujá.

São objetivos Gerais do projeto:

- Despertar o interesse pela expressão e comunicação do pensamento de forma coerente;
- Oferecer os instrumentos necessários para a produção escrita respeitando a norma culta;
- Desenvolver atividades de comunicação artística e cultural aplicadas ao uso da Língua Portuguesa.

Os Objetivos específicos compreendem:

- Apreender conhecimentos sobre estratégias de leitura;
- Conhecer as principais mudanças da Reforma Ortográfica;
- Compreender o conceito de texto e identificar diferentes tipos de textos;
- Exercitar a leitura e interpretação de textos;
- Desenvolver texto argumentativo;
- Produzir texto respeitando a norma culta utilizando-se de diferentes formas de expressão.

Para dar conhecimento à comunidade acadêmica, especialmente os alunos, semestralmente a instituição divulga em mídias eletrônicas, e por meio de comunicação interna, a oferta do curso com seus respectivos dias e horários para os encontros. A participação é livre e gratuita e a frequência vem sendo considerada “alta”.

A oferta é realizada no Pré-horário antes das aulas regulares.

20.4.2 PROJETO PAPIO: NIVELAMENTO DE MATEMÁTICA

A matemática permite, nas mais variadas áreas do conhecimento, como Engenharia, Química, Economia, Computação, entre outras, a análise sistemática de modelos que permitem prever, calcular, otimizar, medir, analisar o desempenho e performance de experiências, estimar, proceder a análises estatísticas e, ainda, desenvolver padrões de eficiência que beneficiam o desenvolvimento social, econômico e humanístico dos diversos países do mundo.

Para que o estudante aprenda o conteúdo de diversas disciplinas dos Cursos, é necessário, primeiramente, que o mesmo tenha alguns conhecimentos básicos de Matemática.

Desta forma, para melhorar o aproveitamento do aluno da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP Campus Guarujá, no transcorrer da sua vida acadêmica, é oferecido esse curso para o nivelamento de matemática, apresentando os seguintes objetivos:

- Proporcionar um aumento qualitativo no conhecimento do aluno em relação ao ensino básico de matemática;
- Minimizar a deficiência dos alunos em relação ao conteúdo de matemática do ensino médio;
- Estimular os alunos a raciocinar sob o ponto de vista matemático e de lógica;
- Desenvolver a capacidade de análise de problemas e de sua resolução;
- Apresentar os elementos básicos de matemática teóricos e práticos, explicando e resolvendo exercícios para fixação de todo conteúdo;
- Conhecer os conceitos, os tipos de operações e demonstrações matemáticas para aplicação em vários campos do curso de gestão;
- Conhecer as principais operações matemáticas utilizadas no dia-a-dia profissional.

Ao final, os conceitos de matemática elementar estarão revistos, proporcionando ao aluno mais convicção na utilização dos componentes básicos e avançados desta disciplina.

A divulgação é feita semestralmente, através de mídias eletrônicas e por meio de comunicação interna, sobre a oferta do curso com seus respectivos dias e horários. A participação é livre e gratuita e a frequência vem sendo considerada “alta”.

A oferta é realizada no Pré-horário antes das aulas regulares.

20.5 INTERNACIONALIZAÇÃO

Em relação aos desafios do mundo globalizado, a formação dos alunos da UNAERP pode e deve ir além do que é ensinado e discutido nas salas de aulas.

A implementação de diretrizes que promovam a cooperação interinstitucional nacional e internacional, visando o intercâmbio acadêmico e tecnológico, visa possibilitar a capacitação de profissionais melhor preparados para atuarem no mercado de trabalho.

O objetivo é criar oportunidades e meios para que a comunidade acadêmica da UNAERP possa vivenciar experiências e realidades distintas, que propiciarão conquistas no âmbito acadêmico e que certamente se perpetuarão por toda a vida.

As principais vantagens do fomento da cooperação internacional podem ser destacadas:

- Adequar-se às exigências do mercado globalizado;
- Formar um profissional diferenciado, com vantagem competitiva no mercado de trabalho;
- Divulgar a UNAERP e fortalecê-la no cenário nacional e internacional;

- Fazer da mobilidade acadêmica um diferencial para a Instituição e para a comunidade acadêmica.

Modalidades de internacionalização:

1. Cooperação internacional interinstitucional

- Intercâmbio de professores e alunos;
- Cursos de formação continuada e programas de capacitação de verão/inverno;
- Cursos semestrais ou anuais no exterior para alunos e professores;
- Acordos de cooperação em projetos de pesquisa;
- Participação em seminários e encontros acadêmicos;
- Publicações conjuntas de produção intelectual;
- Programas de desenvolvimento profissional.

2. Ciência sem fronteiras

Corresponde ao programa do governo federal, para o qual a UNAERP aderiu desde o início.

Cooperação Internacional Interinstitucional	Forma de convênio
A. Intercâmbio de professores e alunos	Bilateralidade: permuta de vagas 1/1 na graduação
B. Cursos de formação continuada e programas de capacitação de verão/inverno	Valores especiais para alunos UNAERP
C. Cursos semestrais ou anuais no exterior para alunos e professores	Bilateralidade e/ou valores especiais
D. Acordos de cooperação em projetos de pesquisa	Pós-graduação / agências de fomento
E. Participação em seminários e encontros acadêmicos	Valores especiais para alunos e professores UNAERP

F. Publicações conjuntas de produção intelectual	Pesquisa e Pós-graduação
G. Programas de desenvolvimento profissional	Alunos, docentes e corpo técnico-administrativo

Alguns números e ações consolidadas:

- 45 convênios assinados;
- 41 alunos que já participaram ou estão participando de intercâmbio;
- 6 editais lançados em 2013 (PROGRAMA DE MOBILIDADE UNAERP E CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS)

Requisitos para participar do programa de mobilidade da UNAERP:

- Estar regularmente matriculado na **UNAERP** em curso de nível superior;
- Ter no mínimo 18 anos completos no momento do embarque;
- Ter integralizado no mínimo 40% e, no máximo, 90% do currículo de seu curso, no momento do início previsto da viagem de estudos;
- Ter bom desempenho acadêmico e não possuir reprovações no Histórico Escolar;
- Ser recomendado formalmente por um professor da UNAERP e pelo coordenador de curso;
- Não ter sido penalizado por infração disciplinar durante sua vida acadêmica na Instituição;
- Possuir ou estar apto a prestar proficiência de idioma, conforme as exigências da universidade estrangeira escolhida, quando solicitado;
- Não ter desistido de processo seletivo para mobilidade acadêmica anterior após período de inscrição junto à universidade estrangeira.

Com relação ao Programa Ciência Sem Fronteiras, esta conta com requisitos próprios de participação, que estão disponíveis no site do respectivo programa.

21. INFRAESTRUTURA

A Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP Campus Guarujá, está instalada em um terreno com um total de 26.207,33 m². A área total construída é de 17.537,60 m², sendo dividida em um Prédio Principal composto por 04 pavimentos, um Prédio Anexo, com 4 salas de aula e dois vestiários, um galão de estudos de engenharias, duas quadras poliesportivas, um campo de futebol com pista de atletismo, uma piscina, uma praça de alimentação com serviços diversos.

O Curso de Direito é ministrado em salas apropriadas em termos de recursos gerais, iluminação e ventilação, compatível com as técnicas de ensino e possui capacidade para atender ao número de vagas do curso.

Dentro do suporte previsto no projeto, a UNAERP possui equipamento didático-pedagógico necessário ao curso, incluindo uma secretaria completa para atendimento dos alunos e uma sala de professores para atendimento aos docentes.

Os alunos têm à sua disposição para consultas e empréstimos de livros as bibliotecas dos Campi Guarujá e Ribeirão Preto. Além disso, contam, também, com a estrutura do departamento denominado “Multiatendimento”, que gerencia os atendimentos e/ou solicitações diversas dos alunos e os direciona as áreas afins.

No que tange à formalização dos estágios, a UNAERP possui o setor chamado Central de Estágio que realiza os convênios e desenvolve os trâmites burocráticos para que o estágio do aluno seja formalizado.

O curso conta, também, com o auditório que é utilizado para realização de eventos tais como palestras, colação de grau e apresentações diversas.

Conta, ainda, com o Núcleo de Ensino Prático (NEP) para o controle de frequência das atividades complementares do curso, bem como, a logística da programação da apresentação dos trabalhos de conclusão de curso e a elaboração das atas de defesa.

As instalações físicas são mantidas por um setor de infraestrutura que, também, proporciona a limpeza diária e constante de todas as dependências e acessos do campus.

A UNAERP conta com um sistema de monitoramento composto por 24 câmeras, gravando imagens dos principais pontos do campus. O controle de acesso é feito por funcionários da portaria distribuídos em 3 guaritas, além dos vigilantes desarmados que fazem a ronda pelo campus. Todos os funcionários são devidamente treinados e preparados para agir em qualquer situação.

O campus conta com cobertura *WI-FI* para a comunidade discente, docente e funcionários administrativos.

21.1 PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO

A praça de alimentação está localizada próxima à portaria III, ao lado do ginásio poliesportivo e é composta por 06 Box de atendimento preparados para comercializar gêneros alimentícios ou para a prestação de serviço, além de uma área de convivência.

A área de convivência contém mesas e cadeiras para os usuários, assim como 2 banheiros, telefones públicos e rede wi-fi disponível para alunos e professores.

21.2 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Em todos os andares do prédio principal, assim como no prédio anexo e na praça de alimentação existem banheiros feminino e masculino que são utilizados por alunos, professores, funcionários e visitantes.

No campus existem sanitários adaptados com instalações apropriadas para deficientes físicos, conforme legislação, sendo 6 femininos e 5 masculinos.

21.3 INSTALAÇÕES GERAIS

As instalações onde funciona o curso de Direito são compostas por salas de aula, laboratórios de informática, biblioteca, setor de “Multiatendimento”, setor financeiro, secretaria de cursos, central de benefícios, central de estágio, coordenação e laboratórios específicos do curso, tais como Escritório de Assistência Jurídica, Cartório Modelo e Sala de Audiência.

Nos laboratórios específicos do curso, os alunos realizam as práticas e assistências jurídicas direcionadas, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

As instalações da UNAERP foram dimensionadas de forma a atender a legislação visando proporcionar condições de acesso às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, conforme descrição a seguir:

- Vagas de estacionamento de veículos reservadas para deficientes físicos no estacionamento interno;
- Passarelas cimentadas para o acesso ao Prédio Principal e Prédio Anexo;
- Elevador para acesso aos pavimentos do Prédio Principal;
- 02 rampas de acesso da área externa ao Piso U com fita antiderrapante e corrimão;
- 01 rampa de acesso ao Piso U com revestimento emborrachado e corrimão;
- 01 rampa de acesso da área externa ao Piso A com fita antiderrapante, guarda corpo e corrimão;
- 01 rampa interna do piso A ao piso B para acesso aos pavimentos superiores;
- Sanitários com instalações apropriadas para deficientes físicos;
- Portas de acesso aos ambientes com dimensões de acordo com normas;
- Mobiliário nas salas de aula próprio para deficientes físicos;
- Piso tátil e identificação nos elevadores e banheiros.

21.4 SALA DE AUDIÊNCIA

A sala de audiência é utilizada pelos alunos do curso de direito em atividades acadêmicas, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso. Nela são desenvolvidas audiências simuladas com os alunos nas áreas cível, criminal e trabalhista, de modo que os alunos tenham conhecimento e vivenciem o processo de maneira mais próxima da realidade.

A estrutura do local é adequada e climatizada para as atividades do curso, podendo, ainda, ser utilizada como espaço para palestras do curso, videoconferências e outras atividades pertinentes ao curso.

21.5 ESCRITÓRIO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA / CARTÓRIO MODELO

O Cartório Modelo e o Escritório de Assistência Jurídica funcionam no mesmo local. No Cartório Modelo os alunos desenvolvem atividades simuladas com processos fictícios das áreas cível, trabalhista e criminal. Os alunos recebem as peças processuais e atuam nos processos de acordo com o papel que lhe foi designado como parte do processo. As audiências simuladas são realizadas na sala de audiência.

No Escritório de Assistência Jurídica os alunos dos últimos anos do curso realizam os atendimentos à comunidade, dando orientações sobre os casos da área cível, fazendo petições e acompanhando os advogados em audiências reais no fórum.

O local possui uma estrutura contendo sala dos advogados, equipado com computadores, de modo que o aluno possa fazer consultas e redigir as petições, uma sala onde são realizados e discutidos os atendimentos à comunidade. A sala é adequada e climatizada para atender as necessidades do curso.

21.6 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA DE GUARUJÁ (CEJUSC)

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito prestigia a formação completa do aluno abrangendo tanto os aspectos teóricos quanto os práticos de atuação profissional.

Além do Escritório de Assistência Jurídica (EAJ), que propicia ao aluno o atendimento de casos reais, a participação em audiências e a confecção de peças processuais com acompanhamento e orientação de professor-advogado, o curso de Direito também dispõe do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Guarujá (CEJUSC).

O CEJUSC foi instalado em 2013, mediante convênio com o Tribunal de Justiça de São Paulo, e funciona nas instalações em que anteriormente funcionava o Setor de Conciliações do Fórum de Guarujá.

Em 2005, mediante convênio com o Fórum da Comarca de Guarujá, a Universidade cedeu um espaço para realização de audiências de conciliação e mediação processual e extraprocessual.

No setor, composto de sala de espera e de quatro salas de audiências, equipadas com mobiliário, computadores, impressoras, aparelhos de ar-condicionado, eram realizadas audiências designadas pelos juízes de Guarujá e os casos de natureza cível e direito de família.

No dia designado para a audiência, as partes e seus advogados compareciam ao Setor de Conciliação e, acompanhados de um conciliador/mediador, além de alunos do curso (na condição de estagiários ou escreventes de sala), tentava-se a composição amigável do conflito, com grande índice de sucesso.

Além das tentativas de conciliação realizadas em processos judiciais, também era possível que o cidadão comparecesse diretamente ao Setor de Conciliação para

registrar uma reclamação. Diante disso, convidava-se a parte contrária para uma reunião no Setor de Conciliação e, mediante a ajuda de conciliador/mediador, buscava-se a solução da questão antes mesmo que se tornasse uma lide judicial.

O CEJUSC representou uma ampliação dos trabalhos já existentes no setor de conciliação através do convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. As instalações foram ampliadas com o intuito de atender as necessidades para o desenvolvimento de um trabalho com mais qualidade.

21.7 BIBLIOTECA

A Biblioteca da Universidade de Ribeirão Preto acompanha o crescimento da Instituição e seu acervo está diretamente relacionado à ampliação da literatura nas diferentes áreas do conhecimento, sobretudo nos cursos oferecidos. O controle de todo o acervo bibliográfico apoia diretamente o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, torna-se imperativo que a Biblioteca esteja integrada ao processo educativo universitário e, assim, possa disponibilizar e organizar o material bibliográfico condizente com os interesses e necessidades de seus usuários, atendendo o conteúdo programático de cada disciplina dos diferentes cursos, bem como a manutenção do acervo atualizado, facilitando o acesso e a recuperação da informação.

Esta adequação do acervo às necessidades dos cursos oferecidos pela UNAERP representa um indicador decisivo na avaliação do usuário e do próprio gerenciamento institucional.

Atendendo às inovações publicadas nas diferentes áreas, as Bibliotecas, campus Ribeirão Preto e campus Guarujá, mantêm uma política de aquisição de novas obras consideradas imprescindíveis para a manutenção de um acervo adequado às expectativas dos cursos, assim como para a projeção da Biblioteca

junto à comunidade. Trabalha-se com verba própria, calculada pela gerência administrativa e disponibilizada pelo Departamento Financeiro.

Encontra-se disponibilizado online, o Sistema de Solicitação do Pergamum, para que o Coordenador possa requisitar o material bibliográfico a ser utilizado no decorrer de dois semestres letivos, de acordo com o seu planejamento e planos de ensino. Para solicitar, o Coordenador preenche o formulário online, relacionando todo o suporte bibliográfico (livros, revistas, fitas, CDs, etc.) indispensável (eis) para a(s) disciplina(s) do curso. Os pedidos são recebidos pela Biblioteca, e após autorização do setor responsável, são automaticamente enviados para compra.

Cada curso propõe uma bibliografia geral prevista no projeto pedagógico e, além desta, uma bibliografia específica por disciplina proposta nos conteúdos programáticos e planos de ensino das mesmas. A bibliografia básica compõe, no mínimo, de três títulos e a bibliografia complementar é composta por, no mínimo, dois títulos, com exemplares de livre circulação e outros destinados apenas à consulta dentro das dependências da biblioteca.

As Bibliotecas da UNAERP, Campus Ribeirão Preto e Guarujá, encontram-se automatizadas e integradas a uma rede corporativa da Universidade denominada UNAERPNet.

As Bibliotecas possuem o software Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas, cuja finalidade é melhorar a qualidade global dos serviços aos usuários e promover a cooperação no tratamento da informação e compartilhamento de recursos de informação. Assim, os acervos do Campus Ribeirão e do Campus Guarujá estão interligados.

Outro serviço oferecido pela Biblioteca da UNAERP é a comutação bibliográfica, COMUT, que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos de periódicos, dissertações, teses, anais de congressos nacionais e internacionais, relatórios técnicos e parte de documentos (capítulos de livros) desde que autorizados pela Lei de Direitos Autorais; e também, através da BIREME, Biblioteca Virtual em Saúde do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação

em Ciências da Saúde, oferece também a cooperação técnica em informação científica em saúde.

Os acervos do Campus Ribeirão e do Campus Guarujá estão registrados de acordo com o formato MARC - Machine Readable Cataloging Format, formato de registro catalográfico legível por computador, que permite o compartilhamento de recursos bibliográficos entre bibliotecas, a aquisição de dados catalográficos confiáveis e padronização dos mesmos. O registro MARC possui uma estrutura estabelecida por normas nacionais e internacionais denominadas ANSI Z39.2 (American National Standard Institute) para intercâmbio de informação bibliográfica, possibilitando o uso do protocolo Z39-50, protocolo de comunicação entre computadores desenhado para permitir pesquisa e recuperação de informação em redes de computadores distribuídos.

Os acervos são constituídos de livros, periódicos, teses, dissertações, partituras, monografias e materiais multimídias (fitas de vídeo, CD-ROMs e DVDs) que se encontram representados em catálogos online (<http://pergamum.unaerp.br/biblioteca>). A descrição dos materiais obedece às regras de Catalogação Anglo – Americanas – AACR2 (Anglo- American Cataloguing Rules, 2. ed., revisão de 2002), baseadas na International Standard Bibliographic, permitindo o intercâmbio internacional da informação bibliográfica, de forma convencional ou legível por máquina.

A organização do acervo de livros adota Sistema de Classificação Decimal de Dewey – CDD, e os materiais jurídicos à Classificação Decimal Dóris Queiroz de Carvalho – CDDir. Para notação do autor, usa-se a tabela Cutter Sanborn e para indexação e vocabulário controlado, a Rede *Pergamum*, Biblioteca Nacional e Library of Congress.

O material catalogado recebe uma etiqueta colada em sua lombada, contendo o número de chamada, que o localiza e identifica nas estantes. É composto por um grupo de elementos que representam o documento remetendo-o à sua localização física (código de classificação do assunto, notação do autor, edição, volumes, tomo

e número do exemplar no acervo). O material bibliográfico encontra-se reunido pelo assunto principal nas estantes devidamente sinalizadas, tendo o acesso livre por parte dos usuários.

O Departamento de Processamento Técnico representa descritiva e tematicamente o material bibliográfico, visando a recuperação de todos os tipos de materiais, existentes nas Bibliotecas (livros, monografias, teses, etc.), os quais são registrados no Sistema PERGAMUM para a manutenção do acervo, consulta, circulação e aquisição.

Para pesquisar é necessário entrar na página <http://www.unaerp.br/index.php/a-unaerp/infraestrutura-ribeirao-preto/biblioteca>, clicar em *Consulta ao Acervo* no menu esquerdo, ou então dirigir-se a um dos terminais de pesquisa disponíveis na Biblioteca. A pesquisa é feita clicando na caixa de texto e digitando o termo desejado, a partir da seleção do tipo de pesquisa (busca, material, por ordenação e por Biblioteca), sendo via Internet.

O usuário possui acesso online à base de dados da Biblioteca, no qual além de consultar o acervo, poderá obter dados de circulação de seus exemplares, como disponibilidade para empréstimo com datas de devolução e reservas, dados bibliográficos e localização da obra na estante (a partir de seu número de chamada), poderá também realizar reservas e renovações online.

Os acervos das Bibliotecas estão disponíveis para os usuários da UNAERP. Qualquer material de que o usuário necessitar e não estiver disponível na sua unidade, será requisitado, e o material será encaminhado via malote, valendo-se assim, do empréstimo entre as unidades.

No Campus Guarujá, a biblioteca está instalada com a área total de 518 m², sendo 367 m² reservados para a área de acervo, periódicos, sala da bibliotecária, sala de processamento técnico, atendimento e espaço para consulta a biblioteca eletrônica e base de dados composto por 5 computadores. Nos outros 151 m² estão distribuídas 6 salas de estudo e vídeo com capacidade para 6 pessoas cada uma,

local para estudo individual, mesas para estudo em grupo, espaço para leitura e WC. O prédio tem o pé direito de 2,83 m e toda a área possui sistema de iluminação fluorescente, janelas e sistema de climatização artificial, composto por aparelhos de ar-condicionado com tubulação de renovação de ar para as áreas comuns e aparelhos de ar-condicionado individuais instalados nas salas de estudo.

A biblioteca dispõe de um equipamento de segurança antifurto, constituído de uma porta eletrônica e de um dispositivo que é colocado nas obras.

A Biblioteca dispõe de mesas, áreas reservadas para estudo individual, e salas de estudo em grupos.

Para agilizar os serviços decorrentes desse sistema, cada documento recebe um código de barras; para empréstimo, devolução e renovação de documentos.

É indispensável à digitação do código de registro acadêmico, que é individual e intransferível, o usuário poderá emprestar a obra por um determinado tempo, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento.

A UNAERP está inserida no grupo de Instituições de Ensino Superior com acesso ao banco de periódicos nacionais e internacionais do Portal CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em função do conceito cinco (CINCO) obtido pelo Programa de Pós-Graduação em Odontologia da Universidade (mestrado e doutorado), no triênio 2004 – 2006 (Ofício Nº 0372/2007/PR/CAPES). As Bibliotecas dos Campus Ribeirão Preto e Guarujá são referências nos respectivos municípios e regiões, para estudos e pesquisas dos alunos da graduação, pós-graduação, docentes e pesquisadores da Universidade e da também da comunidade.

Biblioteca Virtual Universitária Pearson

Na Biblioteca Virtual Univesitária Pearson , o aluno tem acesso ilimitado para leitura on-line de todo o acervo, que inclui inúmeros títulos nacionais , basta digitar login e senha.

(https://unaerp.bv3.digitalpages.com.br/users/sign_in)

O Portal CAPES acessa bases de dados recuperando artigos de periódicos referenciais e/ou em textos completos, podendo ser acessadas de qualquer terminal dentro da Universidade. Caso necessidade de orientação, o usuário deverá comparecer à Biblioteca, a qual dispõe do acesso ao banco de periódicos nacional e internacional, Portal/CAPES – totalizando oito bases em textos completos e cinco bases referenciais, somando mais de 5.025 títulos.

21.7.1 BASES DE DADOS

As Bases são as seguintes:

- American Association for the Advancement of Science (AAAS) - engloba 3 títulos nas áreas de ciências biológicas, da saúde, agrárias, exatas e da terra, engenharias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, linguística, letras e artes;
- Annual Reviews - coleção completa do Annual Reviews: Intelligent Synthesis of the Scientific Literature, com 37 títulos cobrindo todas as áreas do conhecimento;
- Blackwell - 1.217 títulos nas áreas de ciências biológicas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra, ciências agrárias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e linguística, letras e artes;
- IEEE Xplore – acesso a uma coleção de texto completo de documentos PDF compreendendo periódicos mais citados do mundo em engenharia elétrica, ciência da computação e eletrônica. Dispõe de 151 revistas, mais de 900 atas de conferências, mais de 3.400 normas técnicas, a cada mês

aproximadamente 25.000 novos documentos são adicionados ao IEEE Xplore;

- Nature - 52 títulos de publicações especializadas em ciências biológicas e ciências da saúde, publicadas por Nature Publishing Group;
- OVID - 211 títulos com importantes periódicos de diversas editoras científicas com ênfase nas áreas de ciências biológicas e ciências da saúde. Inclui a coleção completa das publicações da American Psychological Association (APA);
- Science Direct – 2.122 títulos com publicações periódicas da Elsevier e de outras editoras científicas, cobrindo as áreas de ciências biológicas, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências exatas e da terra, engenharias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, letras e artes;
- Springer Verlag - coleção de publicações com 1.383 títulos, com ênfase nas áreas de ciências biológicas, ciências da saúde, ciências agrárias e ciências exatas e da terra.

21.7.2 BASES REFERENCIAIS

- Biological Abstract - atende as áreas de ciências biológicas, ciências da saúde e ciências agrárias;
- Derwent Innivations Index - multidisciplinar, atende ciências biológicas, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências exatas e da terra e engenharias, ciências sociais aplicadas e ciências humanas;
- SciFinder Scholar do Chemical Abstracts Service – atende as áreas de ciências biológicas, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências exatas e da terra e engenharias;
- Scopus - multidisciplinar, atende as áreas de ciências biológicas, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências exatas e da terra, engenharias, ciências sociais aplicadas e ciências humanas;
- Web of Science - multidisciplinar, atende ciências biológicas, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências exatas e da terra, engenharias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, lingüística, letras e artes.

21.7.3 Bases “FREE”.

- Bases de Dados Brasileiras na Internet;
- Bibliotecas Virtuais Temáticas;
- BIREME Biblioteca Virtual em Saúde;
- IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
- NCBI National Center for Biotechnology Information;
- SCIELO Scientific Eletronic Library Online;
- SCIRUS Scientific Information Only;
- Domínio Público;
- Manual Merck De Saúde;
- Portal De Evidências.

As Bibliotecas possuem um programa de visita orientada aos discentes onde encontram-se declinado todos os produtos e serviços oferecidos pela biblioteca.

O trabalho está dividido em módulos, de acordo com as necessidades informacionais dos alunos e, conforme as exigências acadêmicas de cada etapa dos cursos.

Nesse trabalho é explicado detalhadamente toda a estrutura da biblioteca, são programadas turmas, para que as mesmas possam receber os treinamentos e usufruírem dos serviços e recursos em termos de pesquisa.

Normas da ABNT para Normalização de Documentação:

Toda e qualquer orientação de trabalhos técnicos e científicos seguem as novas normas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, as quais se encontram disponibilizadas para consultas no Setor de Pesquisa.

21.8 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

O LIAPE (Laboratório de Informática para Atividades de Pesquisa e Ensino) do Campus Guarujá é composto por 07 (sete) laboratórios (01B, 02B, 03B, 07B, 09B, 10B e 12B) climatizados, totalizando 150 computadores com sistema operacional Windows e Pacote Office (destacando os produtos Word, Excel e Power Point) instalados, além de softwares específicos para atender às necessidades acadêmicas de todos os cursos, como AutoCad, Codeblocks, Dev C++, Geogebra, MS-Project, Scilab, Winplot, Visio, entre outros.

O acesso aos computadores nos laboratórios é disponibilizado aos alunos e professores mediante a autenticação individual, com login/senha previamente cadastrado no LIAPE, com acesso aos recursos descritos e também a rede mundial de computadores “Internet”, para fins de pesquisas, aulas, trabalhos individual ou em grupo.

Todas as disciplinas previamente cadastradas como créditos práticos para os laboratórios de informática e tecnologias computacionais tem priorizado o uso.

Professores que não tem disciplinas com créditos práticos podem utilizar os laboratórios para pesquisas pontuais, aulas com necessidade de auxílio de computadores, acesso a internet, geração de relatórios, entre outros, com reserva prévia de 24 horas ao supervisor responsável.

As disciplinas são dimensionadas de forma que cada computador seja utilizado no máximo por dois alunos, proporcionando a integração e trabalho em duplas.

Todos os laboratórios possuem projetor multimídia dedicado e caixas de sons para auxílio às aulas que necessitam de projeção de filmes, imagens, sons, etc.

Além dos laboratórios está instalada no piso B do campus, a central de atendimento aos alunos do LIAPE com ponto telefônico, computador para liberação de senhas dos laboratórios e WIFI do campus.

O uso dos laboratórios é mantido pela instituição e aos cuidados do supervisor nomeado e equipe de monitores previamente treinados, e que cumprem a normas de uso disponibilizada em cada sala e na central de atendimento, intituladas “Regras de Uso”.

22. NÚCLEO DE PESQUISAS “FERNANDO EDUARDO LEE” – NUP

O Núcleo de Pesquisa “Fernando Eduardo Lee” - NUP - é um órgão institucional da UNAERP Campus Guarujá, e tem o objetivo geral de desenvolver atividades de natureza acadêmica e interdisciplinar, tendo como finalidade coordenar e incentivar a realização de atividades de pesquisa pela comunidade acadêmica da UNAERP Campus Guarujá. O NUP foi iniciado na data de instalação do Campus Guarujá, no ano de 1.999. O site pode ser localizado em <http://www.unaerp.br/nucleo-de-pesquisas>

São atribuições do NUP:

- Incentivar a interação de docentes das diferentes áreas do conhecimento para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inserção em encontros científicos;
- Promover a realização de projetos de pesquisa, de cunho interdisciplinar envolvendo as atividades da UNAERP Campus Guarujá;
- Estimular a participação dos estudantes e docentes em projetos de iniciação científica e produção de artigos científicos de qualquer natureza;
- Organizar as atividades de pesquisa, possibilitando um direcionamento conciso das principais linhas acadêmicas consolidadas da UNAERP Campus Guarujá.

São princípios norteadores do planejamento das atividades de pesquisa do NUP:

- Compromisso com o desenvolvimento da cidade de Guarujá; da região; do Brasil e do planeta;
- Manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Manter o caráter da interdisciplinaridade nas ações e projetos de pesquisa;
- Respeitar a livre expressão e democracia;
- Observar a ética na pesquisa e na atuação profissional.

22.1. EVENTOS E ATIVIDADES MANTIDAS PELO NUP

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DA UNAERP CAMPUS GUARUJÁ – SICI.

Iniciado em 2004, o evento comemorou edição especial no ano de 2013, com a décima instalação ininterrupta. O tema foi “Meio Ambiente - Proteção Ambiental e Soberania Nacional”. Em 2014 o evento instalou a XI edição, com o tema “Meio Ambiente: Sustentabilidade, Inovação e Novos Negócios”.

PESQUISAS INSTITUCIONAIS DO CAMPUS GUARUJÁ

Projetadas e implantadas a partir do ano de 2003, as pesquisas “Estimativa do valor da cesta básica da cidade de Guarujá – SP – CB UNAERP”; “Determinação do Índice do Custo de Vida da cidade de Guarujá – ICV UNAERP” e “Estimativa do valor da cesta básica nacional da cidade de Guarujá – SP – CBN UNAERP”, são realizadas desde o ano de 2004, tendo sido publicadas regularmente no Simpósio Internacional de Ciências Integradas – SICI da UNAERP Campus Guarujá, no CONIC no Campus Ribeirão; na Revista Científica Integrada – RCI e em outros eventos relevantes, como o XXII Simpósio de Engenharia de Produção da UNESP Campus de Bauru. Os resultados dessas pesquisas são divulgados regularmente na mídia.

COLÓQUIO CIENTÍFICO

Trata-se de um evento multidisciplinar, com o principal objetivo de orientar alunos, docentes e demais usuários, para programas de iniciação científica e outras iniciativas - e ao mesmo tempo, possibilitar o conhecimento das pesquisas em desenvolvimento na UNAERP Campus Guarujá.

A primeira edição foi instalada no ano de 2004 e a quinta edição do evento foi realizada como uma das atividades do XI Simpósio de Ciências Integradas – SICI da UNAERP Campus Guarujá, de 27 a 31 de outubro de 2014.

REVISTA CIENTÍFICA INTEGRADA – RCI.

O projeto da Revista Científica Integrada – RCI foi elaborado no ano de 2004, sendo que inúmeros testes eletrônicos foram realizados. O lançamento institucional foi no ano de 2010. O acesso ao site é gratuito e os artigos estão disponibilizados de forma permanente: <http://UNAERP.br/rci>. Os principais objetivos da RCI são: divulgar as pesquisas científicas desenvolvidas pela UNAERP Campus Guarujá e Campus Ribeirão, nas áreas de conhecimento de Humanas, Saúde e Exatas e resultados de outros estudos inovadores encaminhados por pesquisadores brasileiros e de outros países.

INCUBADORA DE NEGÓCIOS

A Incubadora de Negócios da cidade de Guarujá foi proposta para ser instalada a partir do ano de 2008. O documento foi encaminhado à Prefeitura de Guarujá. A proposta ganhou amplitude, sendo um equipamento imprescindível para o desenvolvimento científico e tecnológico da região metropolitana do porto de Guarujá-Santos. A empresa multinacional SAIPEM, conveniada com a Petrobrás e UNAERP, assumiu sua participação nesse evento, tendo solicitado a instalação de reuniões técnicas para o encaminhamento do projeto.

Em 27 de março de 2013 foi realizada reunião na SAIPEM, com representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário (PMG), da UNAERP (Núcleo de Pesquisa – NUP) e diretores da SAIPEM, ocasião em que foi apresentada a segunda edição do documento intitulado “Pré-projeto de Desenvolvimento Empresarial e de Inovação Tecnológica” – “Centro de Inovação Tecnológica de Guarujá”. Por unanimidade foram assumidos os seguintes tópicos:

- A proposta deverá abranger os nove municípios desta região metropolitana do litoral de São Paulo, com convite a todos os prefeitos;
- Para a definição dos elementos e dimensionamento do projeto do Centro de Inovação Tecnológica de Guarujá foi definida a necessidade da instalação de um “Observatório Científico” ou escritório equivalente, para fins de diagnóstico regional dos elementos ambientais, econômicos, sociais e tecnológicos.

PAINEL DE VALORES DA UNAERP CAMPUS GUARUJÁ

Trata-se de uma construção no hall de entrada da UNAERP Campus Guarujá, contendo os principais símbolos da Associação de Ensino de Ribeirão Preto – AERP.

O projeto foi elaborado, instalado e inaugurado em 16/05/2010.

GRUPOS DE PESQUISA DO CAMPUS GUARUJÁ – CNPQ

A partir do ano de 2009 a UNAERP Campus Guarujá passou a instalar Grupos de Pesquisa no Diretório do CNPq. As alterações e ampliações dos Grupos de Pesquisa são realizadas de forma permanente.

DIVULGAÇÃO, ENTREVISTAS E REPORTAGENS

O Núcleo de Pesquisas Fernando Eduardo Lee – NUP vem acompanhando os eventos científicos do Campus Guarujá, prestando informações, divulgando os resultados através de contatos permanentes com a mídia.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE APOIO AOS EVENTOS CIENTÍFICOS

O Núcleo de Pesquisas Fernando Eduardo Lee – NUP vem contatando instituições particulares e de fomento, no sentido de obter apoio financeiro para os eventos científicos da UNAERP Campus Guarujá.

LANÇAMENTO DO CONCURSO “LETRA E MÚSICA PARA O HINO DA UNAERP”.

Trata-se da abertura de um Edital, conforme as normas, com o objetivo da classificação e definição da melhor proposta para definir a letra e música do Hino da UNAERP.

PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL DA UNAERP CAMPUS GUARUJÁ.

O objetivo do programa é a aplicação do processo de qualidade, em todos os setores da UNAERP Campus Guarujá. O método adotado está baseado na metodologia dos Cinco Esses, na primeira fase e a partir de fevereiro do ano de 2014, na expansão do método para Dez Esses, para que posteriormente seja aplicada a metodologia ISO. A data oficial da implantação inicial do Programa de Qualidade Total da UNAERP Campus Guarujá foi 05/05/2006. A Fase II foi iniciada em 01/02/2014.

PROJETO DATA BASE UNAERP CAMPUS GUARUJÁ.

O principal objetivo desse projeto é de propiciar a análise e atualização das principais informações sobre o Índice de Vulnerabilidade Social, IDH e outras necessidades a serem estudadas pelo município de Guarujá e região e pela UNAERP.

PROJETO SITE DO NÚCLEO DE PESQUISAS “FERNANDO EDUARDO LEE” – NUP.

O objetivo é manter a dinâmica das informações sobre a produção científica da UNAERP Campus Guarujá, envolvendo todas as ações de pesquisa; eventos; publicações, etc. O site está em funcionamento, de modo que estão sendo disponibilizadas as pesquisas, artigos e projetos desde a implantação do Campus, em 1999.

PROJETO “Cinemateca”.

Trata-se de um recurso didático proposto em Projeto de Pesquisa pela Profa. Didiane Vally. O mesmo foi aprovado pela Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNAERP. Docentes e alunos podem utilizar o equipamento o qual conta com quinhentos filmes.

NEIAB - NÚCLEO DE ESTUDOS INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRO.

A Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP Campus Guarujá, ao pensar criticamente sobre a contribuição do negro e do índio para a sociedade brasileira e em particular, para a sociedade guarujaense, procura contribuir para amenizar a situação de exclusão que esses segmentos sociais apresentam e concluiu que só a apropriação do conhecimento e o acesso efetivo a bens sociais poderão promover mudanças. Criou um centro de saber e de cultura, objetivando ações para atenuar a exclusão social: NEIAB- Núcleo de Estudos Indígenas e Afro-Brasileiros.

O NEIAB é um núcleo interdisciplinar da UNAERP, campus Guarujá, ligado à Direção do campus e atende a todos os cursos da Universidade e, desde agosto de 2004, inclui-se na relação de 79 NEABs do Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, existentes nas quatro regiões brasileiras, sendo o único na Baixada Santista.

O NEIAB funciona, na UNAERP, em sala própria, no piso inferior do prédio principal. Nasceu de um desejo de se ter um fórum de debates no qual todos aqueles preocupados com as etnias, intelectuais negros ou não, pudessem discutir questões de interesse. Nasceu também dos desafios enfrentados pelos atores sociais negros e indígenas, do empenho da Direção deste campus universitário e das discussões na busca e necessidade de uma política de promoção da igualdade racial.

O núcleo tem como função primordial ser um *locus* decisivo para formular políticas públicas de promoção da igualdade racial, inserir e assessorar

pesquisadores (professores, funcionários, alunos da UNAERP e todos os interessados em conhecer e divulgar as culturas afro-brasileira e indígena); pesquisar, levantar, documentar, registrar, propor e escrever sobre o tema, além de auxiliar no tratamento e indução de projetos e programas que visem à promoção das populações marginalizadas, discriminadas pelo racismo presente na sociedade.

NÚCLEO DE PROJETOS SOCIAIS.

Desde a implantação do Campus Guarujá, a UNAERP alia a prática acadêmica ao relacionamento com a comunidade. Isto acontece por meio de programas de prestação de serviços, desenvolvimento e apoio a projetos sociais, sendo essa uma das missões da Universidade na região metropolitana da Baixada Santista.

O Núcleo de Projetos Sociais, fundado pela educadora Priscilla Maria Bonini Ribeiro em 1999 para a defesa dos interesses sociais e os direitos humanos, junto à comunidade interna e externa da Universidade, reúne as iniciativas sociais da UNAERP em Guarujá.

Os projetos, com caráter social, cultural e educacional, têm cunho científico e são constituídos a partir das necessidades da comunidade, com a intenção de atender às demandas da população. Exemplos dessa ação são as oficinas de surfe na piscina, balé, informática, inglês, capoeira, jiu-jitsu, entre outras atividades.

E, também, concentra as ações preventivas e de saúde realizadas nas Clínicas de Enfermagem e de Fisioterapia, além do atendimento na área de Direito nos setores de Escritório de Assistência Jurídica e do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Essas atividades são oferecidas de forma gratuita à comunidade, funcionários, discentes e docentes.

Paralelamente, o Núcleo também realiza o acompanhamento e orientação familiar e ações de prevenção em saúde, como forma de aperfeiçoar o atendimento

à comunidade, dentro dos princípios socioeducativos e de fortalecimento do vínculo familiar.

A justificativa dá-se pela vulnerabilidade social e fragilidade observada nessas famílias, a partir dos pontos de vista educacional, social, econômico, ambiental e cultural. Esse atendimento é oferecido com apoio de docentes e alunos do curso de Serviço Social da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, e permitem um acolhimento integral dos núcleos familiares participantes das atividades sociais no ambiente da UNAERP. Há também um trabalho de prevenção ao risco da violência contra a criança.

As atividades de extensão à comunidade permitem aos estudantes a vivência da realidade social e experimentação na prática da teoria absorvida em sala de aula. O resultado desse envolvimento aluno – universidade – comunidade permite a formação de profissionais com visão humanística, conscientes de sua missão na sociedade.

O Núcleo de Projetos Sociais da UNAERP Campus Guarujá vem beneficiando a comunidade de Guarujá e promovendo o contato dos estudantes com as ações de responsabilidade social, consolidando a Universidade como um centro de referência em programas sociais no Município.